AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico *ao DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito dos Projetos *(Per)cursos da graduação em História: entre a iniciação científica e a conclusão de curso,* referente ao EDITAL Nº 002/2017 PROGRAD/DIREN/UFU e *Entre a iniciação científica e a conclusão de curso: a produção monográfica dos Cursos de Graduação em História da UFU*. (PIBIC EM CNPq/UFU 2017-2018). (https://monografiashistoriaufu.wordpress.com).

Ambos visam à digitalização, catalogação, disponibilização online e confecção de um catálogo temático das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia. Para tanto, o autor deverá* entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

LUCIENE ALVES DE ARAÚJO

AMBULANTES: DESEMPREGADOS OU TRABALHADORES EM BUSCA DE AUTONOMIA? UBERLÂNDIA 1980-1995

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
UBERLÂNDIA - FEVEREIRO - 1997.

LUCIENE ALVES DE ARAÚJO

AMBULANTES -DESEMPREGADOS OU TRABALHADORES EM BUSCA DE AUTONOMIA? UBERLÂNDIA 1980-1995

Monografia apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de bacharel em História da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da professora Dr.ª Coraly Gará Caetano. Curso de História, Centro de Ciências Humanas e Artes.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
UBERLÂNDIA - FEVEREIRO - 1997.

Agradecimento

Acima de tudo, a Deus, que sempre me iluminou com inteligência, discernimento e amor para que eu possa cumprir minha missão.

À professora Drª. Coraly Gará Caetano, pela oportunidade das discussões teóricas que fizemos para a concretização deste trabalho, as quais contribuíram em muito para o aprimoramento de minha formação profissional,

Muito obrigada.

Dedico

Ao Antônio Vicente, meu marido, pelo incentivo compreensão nas ausências para elaboração deste trabalho, pelo amor e dedicação todos os dias da minha vida, todo amor e carinho.

Aos meus pais, que certamente compartilham comigo, a alegria da conclusão de mais uma etapa na minha vida, meu amor e gratidão.

BANCA EXAMINADORA

_____

_____

_____

_____

Uberlândia, ____ de _____ de 1997.

"A classe acontece quando alguns homens como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus".

E. P. Thompson

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....03

I. CAPÍTULO

CAMINHANDO PELA DIVERSIDADE:

O Cotidiano.....19

II. CAPÍTULO

DE OLHO NO PERIGO:

Fiscalização e Resistência.....45

III. CAPÍTULO

ASSOCIAÇÃO E CLANDESTINIDADE?.....71

CONCLUSÃO.....88

BIBLIOGRAFIA.....93

INTRODUÇÃO

Este trabalho partiu das discussões de alguns alunos com a profª. Drª. Coraly Gará Caetano acerca da vida dos trabalhadores urbanos, uma vez que, até o momento, não tinham sido foco da atenção de pesquisadores e estudiosos preocupados com a perspectiva de resgatar o mundo dos trabalhadores através de suas experiências. Em particular daqueles considerados excluídos pela falta de vínculos com o poder público e a previdência Social. Entre eles estão: os ambulantes e camelôs, pedreiros, carpinteiros, papeleiros, carroceiros, as empregadas domésticas, a costureiras e bóia-frias.

Deste princípio surgiu o projeto coletivo aprovado pelo CNPq "A experiência dos trabalhadores na Constituição das Relações no Espaço Urbano: Uberlândia 1950/1995", do qual veio a oportunidade de trabalhar como bolsista de iniciação científica, apoiada pela Fundação de Assistência à Pesquisa de Minas Gerais - FAPEMIG, com a categoria dos trabalhadores informais ambulantes, cujo tema é "Ambulantes - Desempregados ou trabalhadores em busca de autonomia - Uberlândia 1980-95.

A perspectiva de realizar este projeto que visa resgatar a história e os significados do cotidiano de uma parte da classe trabalhadora veio de encontro com o desejo de refletir

- sobre o significado que as pessoas dão às suas vidas e como agem no sentido de garantirem suas condições de sobrevivência. Ao mesmo tempo que possibilitou a elaboração desta monografia.

Antes de começar a resgatar as experiências e o modo de vida destes trabalhadores, procurei compreender o contexto sócio-econômico e político em que estavam vivendo.

A categoria dos trabalhadores ambulantes está inserida dentro de um setor considerado "informal", ou seja, segundo dados fornecidos através de uma enciclopédia elaborada pela Folha de São Paulo, o setor "informal" é um:

> *"Termo amplamente utilizado para descrever a parte da economia que opera à margem da estrutura legal e fora do controle e das estatísticas oficiais... Em muitos países em desenvolvimento, o setor informal expandiu-se com a migração da população rural para as cidades e a conseqüente dificuldade em obter empregos..."*

No Brasil, este mercado considerado "informal" tem crescido assustadoramente em virtude de que a política de empregos tem buscado privilegiar a mão-de-obra especializada, principalmente no que se refere aos conhecimentos tecnológicos. Além dos conhecimentos tecnológicos outros requisitos são colocados pelos grandes e médios empresários, tais como a aparência física, idade, sexo, racismo, etc... Embora neguem exclusões pelo racismo, idade e sexo, o que é inconstitucionalmente proibido, continuam adotando tais medidas.

Dessa forma, à medida que o setor industrial deixa de absorver mais a força de trabalho, cresce de modo singular a exploração do mesmo e o desemprego torna-se visível e comitantemente cresce o mercado "informal".

As pessoas que por vários motivos - mas principalmente pelo desemprego - foram alijadas do mercado dito "formal", são muitas vezes consideradas pelas estatísticas elaborados pelos órgãos públicos, como trabalhadores que se contrapõem às normas da sociedade e ao modelo de "bom cidadão".

Geralmente o poder público em defesa da expansão e controle do mercado de trabalho desqualifica os sujeitos que não se adequam ao mercado formal. São então, considerados segmentos sociais "marginais" por não se subordinarem às regras estabelecidas.

Desta forma buscou-se criar a imagem de que os trabalhadores que não se inserirem no mercado formal são marginais, não são cidadãos. A repressão à atuação destes sujeitos é nítida. Elaboram a imagem que suprimir a atuação destes trabalhadores possibilitaria estabelecer uma sociedade mais harmônica.

Assim esta "marginalização" serve acima de tudo, para camuflar as tensões, para que elas não sejam percebidas como expressão de conflitos que se travam na sociedade.

Neste contexto, até mesmo a Academia tem privilegiado como tema de estudo, praticamente apenas os trabalhadores

vinculados diretamente ao "mercado formal" e mesmo assim, pouco ou nada sabemos sobre as alterações vivenciadas neste mercado. Esta constatação só fez reforçar a idéia da necessidade de trabalharmos a história das categorias, que não receberam qualquer tratamento, particularmente neste momento na atual conjuntura, caracterizada pela globalização e pelo projeto político da classe dominante nacional e local.

Por outro lado, os Camelôs/Ambulantes sempre me despertaram a atenção pela sensação aparente de liberdade na comercialização ao ar livre. Porém em contrapartida a esta idéia, estes mesmos trabalhadores questionam a imagem negativa que vem sendo construída ao longo do tempo pelo poder público, pela imprensa e alguns comerciantes que os classificam como pessoas desqualificadas profissionalmente, desempregados, sonegadores de impostos e os responsáveis pelo aspecto desorganizado das praças e vias públicas da cidade.

Segundo um dos trabalhadores entrevistados:

> *"...só tem visão é negativa. Eu acabei de te falá. O camelô é visto, qué dizê, o resto da pessoas ele é visto pela; como um mau elemento..."*

Diante dessa imagem que vem sendo construída acerca dos Camelôs? Ambulantes, a liberdade que eu imaginava haver na comercialização de seus produtos, não pode existir.

Afinal como Marcuse já dizia:

> *"Ser livre não é apenas poder escolher livremente dentro de uma grande variedade de mercadorias e serviços, se para isto, toda uma série de controles sociais torna nossa vida quotidiana penosa e angustiante."* [1]

A partir da crítica da imagem que os meios de comunicação oficial e empresarial buscam estabelecer em relação aos Camelôs e Ambulantes procurarei resgatar um pouco da experiência desta categoria de trabalhadores.

Suas práticas de intervenção no espaço público, o modo como defendem seus interesses e conflitos, como também aos ataques da imprensa local, CDL, ACIUB e as determinações da prefeitura. Sobre a experiência Thompson diz:

> *"Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, 'indivíduos livres', mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismo, e em seguida 'tratam' essa experiência em sua consciência e sua cultura"* [2]

Em geral a análise dos depoimentos tem demonstrado a presença ativa destes trabalhadores na cidade e, ao contrário do que se pensa, eles não são pacíficos quanto às críticas que lhe são feitas e lutam para assegurar seus direitos.

Esta luta se dá à medida que participam de conflitos com a fiscalização da Prefeitura e ainda discordam de alguns

---

[1] Revista Educação e Sociedade - Os movimentos sociais reinventam a educação - Roseska Darcy de Oliveira - DAC - Inst. de Ação Cultural - Genebra - Suíça, Cortez Editora e Autores Associados - 1981 São Paulo-SP.

[2] THOMPSON E. P. "O Termo Ausente: Experiência". In: **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros.** R.J., Zahar Editores, 1978. P. 182

comerciantes que dizem que eles fazem uma concorrência "desleal" porque não pagam impostos.

> *"...Que nem nóis aqui, as veize a pessoa fala: Ah! ocês num paga imposto.*
> *...Pagá, nóis paga uma taxa prá Prefeitura, nóis paga uma viaje pra ir lá em São Paulo, nóis tamo pagando prá uma empresa, a empresa paga imposto, então nóis tá pagano prá andá, pra tudo. Nóis pega um ônibus daqui prá São Paulo, daqui pro Paraguai, prá donde fô, prá empresa, aquela empresa tá pagano imposto, quem tá pagano imposto da empresa? Somo nóis..."*

Estes motivos tornaram instigante o resgate das experiências dos Camelôs/Ambulantes, à medida que eles vão criando uma dinâmica que vai alterando o mercado de trabalho e as relações sociais.

Para atingirmos nossos objetivos, tivemos como inspiração teórico-metodológica as obras dos historiadores e sociólogos[3]: O campo e a cidade (Raymond Williams), A Formação da Classe Operária vol. I, II, III (E.P. Thompson), as teses de mestrado de José Carlos Sousa e Eder Sader sobre os movimentos sociais e outros, os quais contribuíram decisivamente para que essa pesquisa fosse elaborada.

Antes e no decorrer da pesquisa, por várias vezes, todos os alunos ligados ao projeto "A Experiência dos Trabalhadores na Constituição das Relações no Espaço Urbano: Uberlândia,

---

[3] -THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. R.J., Paz e Terra, 1980.
-SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entram em Cena**. R.J., Paz e Terra, 1988.
-SOUZA, João Carlos de. **Cultura e Valores. Representações dos Ocupantes de Terra na Zona Leste de São Paulo**. Tese mimeo, PUC-S.P., 1993.
-WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade. Na História e na Literatura**. São Paulo, Companhia de Letras, 1988.

1950/95" se reuniram para discutir os textos que cada vez mais nos incentivaram a fazer as reflexões sobre a revalorização do cotidiano e sobre a importância da experiência.

Nesse sentido, Thompson foi sem dúvida aquele que melhor nos possibilitou repensar nossos pressupostos iniciais acerca das classes populares.

Thompson, como historiador e militante na luta pela transformação social propôs buscar,

> *"as experiências dos trabalhadores não apenas em suas relações econômicas, mas os seus modos de vida em suas lutas diárias, nos seus hábitos, valores, dietas, formas de vestir e morar, de comemorar, de festejar, de cantar, de transmitir suas tradições orais, de viver com elas ou de resistir às transformações também como vivência cotidiana em seu dia-a-dia."* [1]

Compreender os significados que as pessoas dão às suas vidas, seria impossível se não contássemos também com os depoimentos obtidos através de entrevista oral, visto que ninguém além das experiências individuais 'poderia falar melhor de suas vivências e de seus valores.

A princípio partimos do pressuposto de que precisaríamos estreitar os laços entre pesquisador e trabalhador. Existe um certo preconceito com relação à academia que afasta as pessoas de um debate mais descontraído, como se o

[1] Revista do Programa de Estudos pós-graduados em história e do Departamento de História - PUC-SP. E.P. Thompson - História e Política, Déa Ribeiro Fenelon, out/1995.

conhecimento teórico acadêmico, fosse superior ao construído no dia-a-dia.

A academia distancia muito da massa trabalhadora, à medida que privilegia o conhecimento adquirido pela educação formal prolongada, o quê acarreta geralmente na desvalorização e menosprezo pelas formas de aprendizado espontâneo e informal de transmissão de conhecimento ligado à vida e a atividade prática.

Diante deste fato optei por iniciar as entrevistas após uma aproximação com os trabalhadores a fim de demonstrar que nossa pesquisa não pretendia impor qualquer tipo de conhecimento acadêmico, mas pelo contrário, pretendíamos contrapor os métodos que partem de uma análise de cima para baixo e fazer uma história que privilegiasse acima de tudo suas experiências e modos de vida.

Nesse sentido, a aproximação feita antes foi essencialmente decisiva para que todas essas dificuldades fossem superadas.

Muitos trabalhadores no início não queriam gravar entrevistas, visto que a imprensa sempre os procuraram com reportagens que não falavam de suas experiências, mas dos conflitos ligados ao poder público. Pensavam que teríamos a mesma postura e por isto criaram impasses.

> *"O único que dá uma cobertura, de vêz em quando é só solicitá. Não tô bajulano mais a gente tem que falá a realidade, é a Rádio Globo Cultura. Se ocê solicitá ela vem na hora. Mais o resto parece que tudo qué*

brincadera. Parece que tudo tá do lado dos grande. Qué dizê, são matérias que não te interessa..."

Portanto, foi a credibilidade que conquistamos num primeiro contato, que propiciou a aproximação necessária para que essas dificuldades fossem superadas e o projeto encaminhado.

Longos "bate-papos" sem a presença do gravador foram revelando suas necessidades, seus desejos, seus conflitos e a partir deles, no momento oportuno conseguimos que falassem de suas vidas.

Foram 25 entrevistas onde a memória foi resgatando o passado, indicando os problemas do presente, isto é, demonstrando como atribuem e reelaboram os significados relativos ao cotidiano em que vivem.

No momento de seus depoimentos, foram resgatando no seu íntimo, suas lembranças mais profundas da: infância, da rigidez da educação dada pelos pais; da adolescência; do primeiro trabalho, do primeiro salário; da amabilidade das pessoas simples do interior que ficaram para traz, em suas cidades de origem; dos amigos; da vida no tempo de Getúlio Vargas, das dificuldades para voltar à sua terra natal; dos conflitos gerados na luta por uma vida melhor; e de seus sonhos.

Trabalhar com questões resgatadas pela memória, a primeira vista dificulta muito a análise do historiador em

virtude de que a todo momento o investigador tem que estar atento às condições colocadas pelos entrevistados.

Há momentos que justificam situações que podem complicá-los, em outros assimilam o discurso da ideologia dominante,

> *"...À prefeitura não permite a gente trabalhá na Praça Tubal Vilela, porquê Uberlândia tem mais de 600 camelô, se a Prefeitura abri mão da Praça Tubal Vilela fica só a terra, de tanta gente amontoada, com barraquinha, com tripé em cima da grama, com as flores. E a Praça Tubal Vilela é o cartão de visita da cidade. E a praça será destruída."*

e em outras circunstâncias reelaboram este discurso. A sensibilidade do entrevistador nestes casos tem que ser aguçada.

Não sabemos de imediato se suas colocações fazem parte da realidade concreta destes indivíduos ou se são a projeção de seus desejos realizados em sonhos.

Estas são dúvidas que estão presentes na hora da realização das entrevistas e na hora da elaboração do texto, porém consideramos que tanto as fontes orais quanto os documentos escritos estão sujeitos a limites que impedem que um certo assunto seja totalmente esgotado.

Todavia optamos pelas fontes orais, porque acreditamos que não atingiríamos o objetivo proposto, ou seja, o resgate das experiências dos trabalhadores informais ambulantes sem que eles participassem efetivamente.

Neste sentido a veracidade dos fatos em relação à realidade deixa de ser importante, por que se uma mentira foi

dita pelo entrevistado como verdade e ele nela acredita, consideramos que esta mentira não deve ser ignorada, pois o historiador querendo ou não, ela faz parte de sua vida, de suas experiências e por isto são necessárias à construção de sua história, e do seu dia-a-dia, pois apontam problemas a serem investigados.

Portanto, das inúmeras interpretações que a história oral possui, consideramos essencial que as entrevistas sejam feitas com muita responsabilidade a fim de que sejamos capazes de transcrever as falas respeitando as vontades implícitas em cada momento de seu discurso.

O respeito pelas lembranças que a memória traz são fundamentais para o bom andamento da pesquisa, porque o historiador tem a capacidade de devolver às pessoas a vontade de olhar para o passado sem que para isto elas sejam criticadas por um saudosismo, que para muitos não tem espaço na modernidade.

> *"Foi uma satisfação muito grande, eu é que me sinto feliz e tenho que te agradecê de você gravá meu desabafo, aquilo que eu sinto, aquilo que eu tenho dentro do meu sentimento... porque isso fica gravado não somente na fita, mais também nas suas mente."*

Quando iniciei o trabalho tinha a imprenssão que seria fácil trabalhar com as fontes orais.

Eu achava que iria relatar suas experiências, cònforme se descreve um anúncio de um imóvel, ou seja, aquilo que está intrínseco nele não muda, está dado e pronto. Como se as

pessoas tivessem realidades idênticas e a heterogeneidade não existisse.

Mas experiências não são estáticas e na entrevista oral, o pesquisador precisa adaptar-se a psicologia do entrevistado respeitá-lo, ser paciente, reavivar sua recordação através de questionamentos, porém sem insistir em recordações dolorosas.

Outro aspecto da entrevista está no local e horário que se busca os depoimentos. O ambiente deve ser favorável à conversação, e, se no trabalho ou em casa alguém interferir na resposta do entrevistado temos que ter o cuidado para que estes não o inibam fazendo com que modifique sua opinião. Como já foi dito, realmente não é fácil trabalhar com a oralidade. Não sabemos até que ponto a memória resgatada é a memória do passado do entrevistado ou de outros que participaram daquele passado. Por isto precisamos de outros que critiquem a fonte e nós mesmos, para que possamos controlar nossos interesses e sedução pelo tema. Esta dúvida quanto à memória não é apenas um problema, ela também revela outros significados os quais devemos explorar.

A heterogeneidade fica clara através dos vários posicionamentos de diferentes entrevistados e um mesmo passado. O que torna muito rico a exploração do passado como meio de compreender o presente.

Dessa forma, os depoimentos vão demonstrando que somos carregados de preconceitos ligados às classes trabalhadoras,

conceitos cristalizados que não condizem com a dinâmica que se dá no e entre os movimentos sociais. Talvez pelo fato de que os conceitos prontos e já experimentados por outros nos dê um certo conforto e segurança, porém não nos possibilita a descoberta de novas reflexões e consequentemente nos impede de buscar através do diálogo com as fontes, a diversidade nas relações e as estratégias utilizadas pelos trabalhadores na conquista de seu espaço.

Uma das contribuições da qual consideramos ter tido uma grande influência no momento da seleção de alguns depoimentos para demonstrar as análises, que iam sendo feitas neste relatório, foi a participação dos bolsistas envolvidos em projetos de pesquisa em Encontros Regionais de História. Eles proporcionaram a troca de experiências, com erros e acertos, os quais foram fundamentais para os encaminhamentos das questões mencionadas nos relatos.

Não podemos esquecer que todas as abordagens que foram feitas, se referem exclusivamente às entrevistas que fizemos, e as quais nos proporcionaram um momento ímpar de aprendizado.

A trajetória que percorremos para a elaboração deste trabalho esteve calcada na importância de se preservar a memória da classe trabalhadora, especificamente dos ambulantes e camelôs, para que as próximas gerações possam

saber que a história não é feita apenas de heróis, mas também por todos nós, dia-a-dia na construção de uma vida melhor.

A transcrição das entrevistas partiram do princípio de que iríamos respeitar o conteúdo de todos os depoimentos, procurando preservar o máximo a forma como falaram e se expressaram.

Porém, não quero ser pretenciosa de dizer que foi transcrito até mesmo as entonações, os risos, as expressões de desencanto com os órgãos públicos, de revolta, de lamentos e esperanças; mas com certeza as horas intensas de trabalho nas transcrições foram acompanhadas de uma grande preocupação em manter o sujeito o qual participa e reage às reflexões de modo contundente e decisivo para os resultados do trabalho.

A partir destes pressupostos passei a desenvolver os aspectos da vida dos trabalhadores informais ambulantes em Uberlândia.

Contudo com a ressalva de preservar seus homes quanto às citações, visto que, existem muitos conflitos que envolvem a categoria e não queremos de espécie alguma criar mais problemas. Pois como foi dito, nosso objetivo consiste em preservar a memória e resgatar as questões vivenciadas por estes trabalhadores.

O eixo de preocupação na redação do texto está em não perder a heterogeneidade nas experiências de vida e luta, ou seja, em recuperar o fazer-se dos trabalhadores.

No 1°. capítulo optei por trabalhar com a descrição do modo como vivem os camelôs, onde eles estão na cidade, qual o seu dia-a-dia, quais suas condições de vida, o trabalho como fonte de vida, como eles estão segmentados nos bairros, sus visões em relação aos conflitos, as diferenças diante das mesmas lutas, os conflitos entre eles e a prefeitura, enfim pretendo situar o leitor para melhor compreensão dos próximos capítulos.

No segundo capítulo trato dos conflitos gerados pela fiscalização da P.M.U. na tentativa de impedir a atuação dos trabalhadores ambulantes. E também quais os tipos de resistência que utilizam para driblar os fiscais.

Em um terceiro capítulo, a associação será discutida para que haja uma melhor compreensão do papel da associação nas negociações dos trabalhadores ambulantes e camelôs junto aos órgãos públicos e como esses trabalhadores se posicionam diante dela.

Finalmente, concluo que não tenho a pretensão de esgotar nestes capítulos a análise do cotidiano desses trabalhadores.

Foi apenas um ano de pesquisa, e seria impossível discutir todo esse universo de idéias e sonhos. O que eu fiz foi uma análise a partir dos documentos orais da experiência vivenciada por esta categoria.

Onde pude perceber como a dinâmica social se dá a partir do conflito de interesses. Nesta dinâmica o cotidiano é

importante e revelador do modo como se transformam as relações sociais.

CAPÍTULO I

CAMINHANDO PELA DIVERSIDADE:

O cotidiano

Ao iniciar a pesquisa acerca dos Camelôs e Ambulantes de Uberlândia, não imaginava o quanto esta categoria de trabalhadores é heterogênea. A princípio eu acreditava que pelo fato de vários trabalhadores estarem reunidos em uma mesma categoria, houvesse uma homogeneidade acerca das condições de trabalho, perspectivas e formas de atuação.

Porém, ao dar o primeiro rumo ao resgate das experiências e modo de vida dos trabalhadores informais ambulantes, pude perceber a diversidade de práticas e opiniões entre eles e que elas se expressam de várias formas em conflitos com a Prefeitura (através de seus fiscais e funcionários, em alguns bate-papos com os colegas, em seus modos de vida, bem como, com a própria Associação dos Camelôs e Ambulantes.

Para que essas práticas e opiniões sejam melhor compreendidas, irei descrever neste capítulo quem são estes camelôs/Ambulantes onde vivem, qual seu dia-a-dia, seu lazer, religião, suas formas de resistência, enfim como se dá a participação destes trabalhadores na dinâmica da cidade.

Aproximadamente 80% dos Camelôs e Ambulantes são migrantes que foram atraídos pela propaganda dos meios de comunicação, onde Uberlândia tem sido exaltada pelo polo industrial que possui, pelo ensino superior gratuito federal e programas de saúde comprometidos com o povo. Os órgãos públicos vem construindo uma imagem progressista da cidade, que não condiz totalmente com as condições de vida aqui encontradas.

> *"Eu sei que a televisão, a mídia mostra uma imagem de Uberlândia que atrai as pessoas prá vim aqui. E nem sempre elas se dão bem, por que chega aqui a realidade é outra né! A culpa aí, seria então da propaganda né! Porque as pessoas, por exemplo, tão lá noutra cidade, longe, aí vê que Uberlândia é uma cidade de progresso, uma cidade limpa, uma cidade que tem dinheiro, tem produção, é a maior não-sei-o-quê da América do Sul é aqui, é a maior não-sei-o-quê do Brasil é aqui, então as pessoas vêm aqui prá conferí, prá vê realmente, vê aqui um sonho né!*
> *Igual São Paulo, os nordestino não vão prá São Paulo sonhando em tê uma vida melhor né! Esse desejo de tê uma vida melhor né! Por quê? Porquê São Paulo é uma mega-cidade né!*
> *E Uberlândia também por mostrar essa face prás pessoas que estão lá fora, elas vêm aqui justamente atraídas por isso né! Esse desejo de tê uma vida melhor, porquê nem sempre as outras cidades oferece isso prás pessoas, então elas vem aqui sonhando em tê uma vida melhor, tê uma condição melhor né!...*
> *Eu vim prá cá sonhando em tê uma condição de vida melhor, porque as pessoa falava: - 'Ah! Uberlândia é uma cidade muito rica, corre muito dinheiro, uma cidade assim e não-sei-o-quê mais'. Então eu falei, puxa vida, então eu vô lá, porque eu vô morá em Uberlândia porque eu vô melhorá minha vida também. Chegá lá eu vô tê condição de tê uma casa prá morá, eu vô tê condição de dá uma educação melhor pro meu filho, porque aqui onde moro não tem nada. É uma cidade pequena, não me oferece nada, então eu vô prô lugar que oferece melhores condições. E é assim que todo mundo vê a cidade de Uberlândia".*

> *"...Eu vim prá Uberlândia procurano emprego. Cheguei aqui não consegui nenhum tipo de emprego porque eu tenho 45 anos de idade. Eu vô fazê 46 e não tenho nenhuma atividade técnica que pudesse me dá um emprego melhor, então a única coisa que eu achei prá fazê foi*

sê Ambulante. Foi o que deu mais certo prá mim porque é um serviço mais leve e me daria um mínimo de sobrevivência."

O que acaba por provocar muitas dificuldades na vida daqueles que vieram de diferentes partes do país e aqui chegaram na esperança de uma vida melhor. A maior parte das vagas oferecidas pelas indústrias exige especialização técnica profissional do trabalhador, levando-o a buscar atividades compatíveis com seu grau de escolaridade e habilidades.

Neste momento o mercado informal surge como uma oportunidade de sobreviver conforme suas qualificações profissionais.

"O mercado informal oferece uma oportunidade de vida e quando a gente introsa nesse meio, ele num tem vontade de saí porque ali ele tá defendendo o pão de cada dia, ali ele tá defendendo o custeio da vida dele, e o tempo vai passando, a pessoa vai se acostumando com aquilo e ficando a vida toda".

Outra dificuldade encontrada por alguns trabalhadores está no relacionamento com as pessoas. Provavelmente pela característica de "cidade grande" onde quase todos trabalham o dia inteiro fora de casa e por isso se afastam das relações de amizade mais próximas e duradouras.

"Acho o pessoal assim meio esquisito, pelo tipo do pessoal meu, do Norte lá, o pessoal mais comunicativo, tá entendendo, e aqui não tem comunicação assim não... Porquê lá você mora, você fala, um bairro por exemplo, você mora 10 anos num bairro, todo dia passa um vizinho seu lá, te cumprimenta e se ficá uns dia sem vê, fala: - "Uai fulano, ocê tá sumido, o que foi?'
Aqui eu moro perto dum vizinho lá, tem 10 anos, eu nunca fui na casa dele e nem foi na minha casa, mal dá

bom dia... Passa e nem olha, ocê vê que tá virando a cara de lado. Então eu acho esquisito isso aí né."

A falta de uma escolaridade favorável à política de emprego, bem como o afastamento nos relacionamentos de amizade aqui encontrados, vão delineando um novo perfil de trabalhador, que se vê obrigado na maioria das vezes a fixar moradia nos bairros periféricos e aceitar a primeira oportunidade de emprego que aparecer à sua frente.

Com o crescimento da cidade, dezenas de novos bairros foram criados. Expulsando do centro os trabalhadores pobres, o que tem provocado a divisão social do espaço urbano em Uberlândia, com bairros habitados pelos proprietários dos meios de produção e por altos assalariados do governo, outros por camadas de médios assalariados do comércio, prefeitura e ainda os trabalhadores de baixa renda, cujos salários só lhes propiciam ocupar conjuntos habitacionais nos bairros periféricos.

Estas diferenças na apropriação do espaço da cidade pelas classes sociais se deve ao fato do solo urbano se dar numa economia capitalista em propriedade privada, o que lhe dá um valor de mercadoria, mercadoria - habitação que exclui parte considerável da população de sua aquisição. Acarretando a segregação social e espacial: "os pobres nas periferias e os ricos nas melhores áreas da cidade".

Apesar da maioria dos Camelôs/Ambulantes serem segregados socialmente, para eles a moradia não tem esse valor de mercadoria-habitação. A moradia é o local onde se criam laços de afetividade e cuidam dos seus filhos.

Entre aqueles que vieram, muitos anos atrás e hoje se encontram mais bem estruturados na cidade, existe o pensamento de que:

> *"Uberlândia como as demais cidades desse país não está tendo condições de oferecer uma vida melhor nem prá seus filhos, quanto mais prôs visitantes.*
> *O que acontece é o seguinte, quem aqui já está há muito tempo num local que não paga aluguel, enfim, já tem um alicerce de vida aqui, não tem lugar melhor, mais para começar hoje em qualquer parte do país não dá mais."*

O êxodo rural e urbano que em décadas anteriores foram vistos como a solução para o crescimento das cidades, através do uso de mão-de-obra para a instalação de indústrias e construções de prédios, hoje se apresentam como um problema à medida que as cidades não possuem mais as mesmas oportunidades de emprego.

Atualmente existe uma preocupação em fixar o homem no campo e em seus locais de origem. Esta preocupação também pode ser vista em uma das entrevistas:

> *"... Está muito difícil, não é... no geral o aconselhável seria o seguinte: que ninguém desradicalizasse onde tivesse, ali ficasse. Porquê a mudança acarreta muitos prejuízos..."*

O aumento do mercado informal em Uberlândia se dá portanto em grande parte por iniciativa do próprio poder

público, que ao mesmo tempo que busca trazer novos investimentos industriais para a cidade, traz também muitos trabalhadores, que sem fazer uma pesquisa prévia de mercado, se dirigem para cá, iludidos com uma vida mais fácil.

Ao contrário do que se pensa, tanto os migrantes desempregados quanto aqueles que são da cidade, mais se encontram na mesma situação, possuem profissões como motoristas, pedreiros, carpinteiros, pintor, comerciante, lavrador, etc.

Porém à medida que começam exercer suas profissões, deparam com outro problema que são os baixos salários.

Da dificuldade de poder sobreviver com o quê sua profissão lhe oferece, surge o desejo de ser autônomo. Mas segundo um dos entrevistados não é desejo,

> *"...A necessidade, num é o desejo, a necessidade. Porquê ocê vai pelejano prum lado num dá, a pessoa tem caráter..."*

Para muitos o mercado informal aparece como uma oportunidade de vida, de um trabalho digno que lhe dê uma condição de vida melhor.

A autonomia parece ser uma palavra que traz junto dela a expectativa de que os sonhos serão realizados.

> *"...Não pra otra profissão que eu executo, ela não é difícil, o que é difícil é o salário, tá entendeno? O ganho dela que não oferece boas coisas, então não tem como insisti numa coisa que não dá certo... carpinteiro... não, num dá pra mantê, pelo seguinte, inclusive eu tenho família e não dá. Sobrevivê com o salário que a gente ganha na firma..."*

"O sonho da gente é um dia melhorá a situação, a vida, o sonho da gente é esse. Deus abençoe que pelo trabalho, pelo suor... portanto minha residência se Deus quisé, eu ainda, se Deus me abençoa, eu quero fazê um ponto de comércio lá..."

E conforme vão ganhando algum dinheiro, alguns começam a sonhar com o dia em que poderão ter seu próprio comércio, com empregados e um prédio confortável.

Alguns depoimentos deixaram transparecer que o desejo de ter seu próprio negócio, não é apenas por dinheiro, mas no seu íntimo por que se sentem a margem da sociedade, discriminados pelo poder público, pelos comerciantes e imprensa.

"...Meu sonho!? Olha é um sonho, vamo dizê assim que eu gosto, só Deus mesmo pra realizá. Só Deus, num existe otro... É, eu gosto muito de animais, você entendeu? E meu sonho é criá gado."

Os depoimentos vão revelando que conforme Camelôs e Ambulantes vão se entrosando neste mercado e adquirindo experiência, o quê antes era uma necessidade passa ser um desejo. Passam a desejar a autonomia, porquê percebem as diferenças entre autonomia e trabalho assalariado.

Eles comparam o salário mínimo de suas antigas profissões com o que ganham e vão esquecendo o trabalho formal com Carteira Assinada e Previdência Social. E mesmo que surjam novas oportunidades, poucos são aqueles que possuí o sonho de voltar ao mercado formal. Conforme eu disse:

"Muita gente acha que um salário mínimo é muita coisa, cento e doze reais, olha que um menino come isso por mês. Isso é uma realidade.
...Quer dizer, meu ganho nem é tanto, mais as veize dá prá vivê, vivê a vida melhor do que de empregado. Então a gente ganha, vamo supô, tem empregado que o cara ganha duzentos conto. Muita gente acha que 200 conto dá prá isso e aquilo, mais chega no final do mês o cara tá sem nada, fica devendo.
Que nem as veize eu dô uma, duas viage por mês prá São Paulo, minha despêsa lá, vamo supô que seja uns 400 conto, eu tiro 200 prá viage e as coisa que eu vô comprá. Se eu vivesse de empregado eu ia ganhá 200, 300 conto aí, na verdade. Porque nenhum pedreiro trabalhano, trabalha oito hora por dia, chega no final do mês ele vai recebê 300 conto aí. É o máximo que um pedreiro tira, 300, 400 conto.
Ele tem o aluguel prá pagá, ele tem a despesa de casa, e isso num dá prá comprá no final do mês nada. Fica zero, quer dizer, o salário mínimo que o nosso Brasil tem, veve no sofrimento, quem ganha salário mínimo, vive passando fome. Então é por isso que nóis trabalha aqui, porque dá prá nóis tirá o da despesa prá comê. Num sobra dinheiro. Mais nóis veve mais tranqüilo, num veve obrigado a ninguém, as veize também, entendeu?"

Fica claro a partir do momento em que suas expectativas de salário são superadas como vendedores ambulantes, que o interesse por trabalhar registrado numa empresa desaparece porquê,

"Se a gente tá ganhando um pouquinho que dá prá tratá da família, por que saí? E a maioria deles já até perderam a carteira de trabalho, tem muitos anos que tá afastado do trabalho, de suas profissões, já até esqueceram; aquele negócio todo, então acredito que o Camelô em si não deixa de sê Camelô não. Ele vai sê Camelô a vida inteira, essa é a verdade."

É interessante saber que esta categoria de trabalhadores está dividido em Camelôs, Ambulantes e Sacoleiros os quais estão segmentados na cidade da seguinte forma:

Camelôs nos camelódromos da Av. Floriano Peixoto e terminal Rodoviário, Ambulantes espalhados pelas praças;

principalmente a Tubal Vilela - pelas rua Floriano Peixoto, Afonso Pena e muitos outras da cidade.





Conforme as entrevistas os camelôs são aqueles que trabalham em lugar fixo sob as normas da Prefeitura, os ambulantes são aqueles espalhados pelas vias públicas que não possuem cadastro na Prefeitura e não pretendem mudar esta condição.

Segundo um dos componentes da associação esta diferença não existe,

> *"...Eu vejo assim, pra mim o camelô e ambulante para mim é uma coisa só. A diferença é que tem aquele camelô que aceita ser organizado. Ele aceita trabalhá num ponto determinado pela prefeitura né, tê uma barraquinha determinada pela Prefeitura. Ter um cadastro na Prefeitura. Nós pagamos ISS, nós pagamos uso e ocupação do solo, emboras é poco, não é uma taxa pesada. É uma taxa em altura que a pessoa possa pagá. E a gente paga também o ISS, então e a gente também é associado na associação, paga uma taxinha.*
> *Isso chama-se organização, ser organizado. Há aquele que para mim é o mesmo camelô ou o mesmo ambulante, só que ele trabalha desorganizado, ele não tem ponto pra trabalhá, ele num tem barraquinha, ele trabalha em qualquer lugar, onde dá na cabeça, trabalha num lugar, notro, notro e de preferência no centro da cidade..."*

Alguns camelôs repetem o discurso dominante utilizado para frear o avanço do mercado informal, sem perceber que os motivos que levam um trabalhador ser ambulante não é o fato de ser desorganizado, mas uma opção em ganhar mais e poder oferecer uma vida mais digna a seus familiares.

> *"...Lá em cima, nóis camelô (da praça Tubal Vilela) num vai fazê 10 real por dia. O quê que vale 10 real hoje. Num vale nada. Eu pago 15,00 real de luz, 6,00 d'água, então quê que eu vô ganhá. Eu num vô ganhá nada..."*

Muitos destes ambulantes são chamados de "sacoleiros". Mas eles não ficam espalhados pelas praças e vias públicas.

Seu trabalho se dá através de visitas de casa em casa o quê facilita a venda de seus produtos. Afinal eles sabem pra quem estão vendendo, onde moram e como encontrá-los caso dê algum problema ou queiram vender mais.

Existe uma diferença no trato destas categorias com relação à fiscalização que será descrita no próximo capítulo.

> *"Os sacoleiros vendem mais porque eles conhecem prá quem vendê e por isso podem vender à prestações. E sempre que vão receber costumam vender mais, enquanto que no camelódromo é só a vista...A comercialização do sacoleiro é mais prática. Eles vão até na casa do freguês e sabe onde o freguês mora e nóis não... No próximo mês ele volta e vende mais, nóis não..."*

No que se refere ao tipo de mercadorias a serem vendidas, geralmente Camelôs/Ambulantes e Sacoleiros, trabalham com os mesmos produtos e fazem suas compras no Paraguai e São Paulo.

Os produtos mais vendidos por eles em suas barracas e sacolas são: cosméticos, forros de mesa, abajures, máquina de costura manual, guarda-chuva, brincos. pulseiras, relógios, tiara, batom, creme, cadernos, lápis, bonecas, eletroeletrônicos de potência graduada, ferramentas, tênis, chinelos, bolas, pilhas, fitas cassetes, brinquedos e presentes em geral.



O tipo de comercialização de suas mercadorias variam conforme a época do ano. Compram seus produtos de acordo com o sol, a chuva, o Carnaval, Páscoa, início das aulas, dia das mães, festas juninas, dia dos pais, das crianças e natal.

Os fregueses para estes produtos são muito diversificados. Eles não atendem apenas uma classe social, mas várias. Pobres, ricos, mulheres, homens, idosos e crianças.

> *"Aqui compra todo nível de pessoa da cidade de Uberlândia, compra aqui dentro. Desde o povão, o povinho, ou seja, aqui e... a elite, todo mundo vem aqui, e tal, e olha e compra e gosta. É uma coisa, nesse ponto não é mais discriminação, no começo houve... as mulheres, enfim elas gostam muito de bijuterias, então o setor apropriado para bijuteria é esse aqui. Então, todas mulher que gosta de bijuteria, provavelmente ela vem aqui, porque encontra novidade do Rio, São Paulo, Brasilia, Goiânia, enfim, do Paraguai e tal..."*

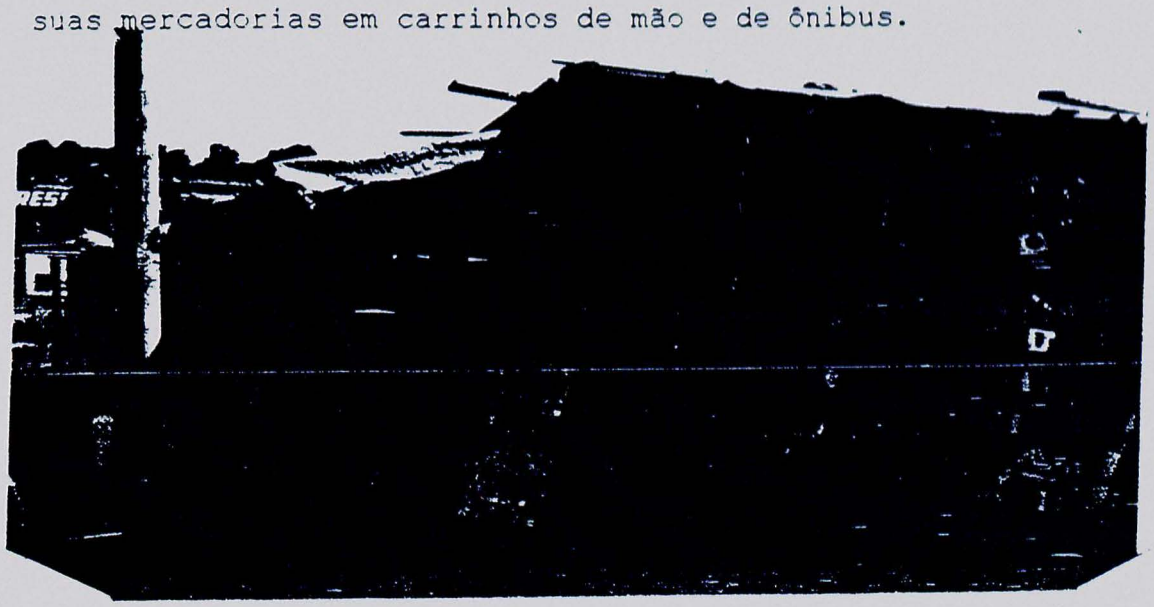
Em uma das entrevistas foi dito que as mulheres que são as que mais compram porque:

"Mulher é que anda, o marido tá trabalhando, suando, ela tá passeando. É um prendedor, uma tiara, uma pulseira, um batom, um brinco, um reloginho prô menino, é um creme, batom, o quê mais?, pulseira prá relógio que tá sempre rebentando, essas coisa. Miudeza, mais é miudeza..."

Ao mencionar a mulher como aquela que compra mais, o Camelô demonstra em sua fala que acredita que o ato de comprar e consumir é próprio das mulheres. Mas a diversidade entre eles aponta outros posicionamentos quanto a clientela que consome seus produtos:

"Não, é por igual, é homem, é mulher, menino, necessitando da mercadoria qualquer um compra, um compra uma chave de fenda, ôtro compra uma chave, ôtro compra um alicate, essas coisa né. Vê um brinquedo, um menino compra, o homem compra, a mulher compra, é igual. A compra é igual..."

Por outro lado, o dia-a-dia destes trabalhadores é cercado por dificuldades. Geralmente moram em bairros periféricos, o que torna mais difícil seu cotidiano, uma vez que, precisam conviver diariamente com o fato de terem que montar e desmontar suas mercadorias todos os dias. Somente alguns possui carro para transportá-las e alguns poucos alugaram um cômodo para guardá-las. Mas a maioria carregam suas mercadorias em carrinhos de mão e de ônibus.





Além de montar e desmontar as barracas todos os dias, enfrentam também o sol, as chuvas, o calor intenso provocado pela lona plástica de suas barracas, o desconforto das praças e vias públicas e ainda a perseguição dos fiscais da Prefeitura.

Estes aspectos do cotidiano demonstram uma luta constante para se manterem no mercado informal, num ritual que se dá todos os dias. Geralmente saem muito cedo e voltam somente à noite.

Às vezes até mesmo no domingo não descansam. Eles vão para feiras agropecuárias, o que também é muito trabalhoso.

> *"...Qué dizê a gente vai nesse bate, bate, ocê vê o ano passado eu fiz festa o ano inteiro, feira o ano inteiro e quê que eu consegui. Nada!!*
>
> *Por quê aqui, lá fora ocê paga é 10, 20, 30 e 50 reais o metro pra trabalhá.*
>
> *Ocê vai lá, ocê paga um absurdo de energia, ocê paga o banho, mais comida. Quando ocê volta pra casa ocê trabalhô pros otro.*

Qué dizê então deu o que deu, se ocê vendeu 10, se ocê vendeu 50, ocê fica aqui, o que ocê tem que levantá é daqui..."

Por outro lado, o manuseio das mercadorias incontáveis vezes, faz com que alguns de seus produtos sejam vendidos com as embalagens amassadas e rasgadas, o que não deixa de ser um prejuízo.

O fato de trabalharem período quase integral, não lhes propicia muitas oportunidades de lazer. Parece que este está muito distante de suas necessidades.

Como a sobrevivência fala mais alto e começaram muito cedo a se preocupar com ela, usufruir do divertimento foi ficando para trás, por vários motivos: falta de dinheiro, tempo e obediência à religião (que proíbe quase todos os tipos de lazer como danças e clubes de esporte e jogos).

"Prá sê sincero com você, o único lazer que eu tenho é ir prá Igreja e trabalhá. Na minha casa, final de semana, domingo, se eu não fico em casa eu viajo, vô prá feira, aqui pertinho, Monte Alegrè, né. Faço Feira, vô de madrugada, chego lá 7 horas, uma hora eu tô em casa, almoço, minha esposa e minha menina ali. Aí vô descansá né, batê um papo ela ali e tal e a noite vou prá Igreja né..."

"Porque muita gente fala que é crente, mas não é crente. Ele fuma, ele bebe, se a pessoa dá um tapa na cara dele, ele dá outro na pessoa, ele batiza ele, num pode batizá...

Ocê pode i tá entendeno, mais tá indo contra a palavra de Deus né, você entendeu? Porque lá o crente mesmo não participa de maiô, esses negócio, ficá na praia, na piscina.

Ele pode i lá entendeu, não é contra especialmente prá essa ação, toma uma coca, um sorvete, um negócio... Mais num pega bem né, a gente tá se misturano, você entendeu? Não é que as pessoas que tão lá, é mau caráter, tudo pessoa de bem. Mais o crente não pode tá misturado, tá vestindo, entendeu, o traje ali é totalmente diferente né...

A gente vai criá as filhas da gente numa posição correta tá entendeno? Prô cê criá filho, ocê vai prá

piscina, sua esposa vai prá piscina... aquela farra, bebendo cerveja, aquela farra quem vai prá lá, vai toma cerveja, gosta de farra né, tem sol, vai e dança um pagode, um negócio. Então o crente não pode, então eu não misturo por causa disso aí..."

Apesar da força que algumas religiões exerce sobre alguns fiéis, a ausência de lazer na vida de muitos trabalhadores ambulantes se dá mais pela falta de tempo e dinheiro.

"...De 60,00 sobrou 10,00, será que 10,00 dá prá ele dá uma festa no final de semana? Vamo supô, saír com a família, um lazer uma coisa, 10 conto prá ele saí? Dá prá ele saí ou pagá ônibus?... Não tem jeito de tomá nada, tomá refrigerante, essas coisas."

O tempo de folga da maioria dos entrevistados se resume à família, onde ficam em casa cuidando de pequenos reparos, assistindo filmes e descansando.

O convívio e amizade com os vizinhos também é muito prejudicado.

"Bem, se eu lhe contá como que minha vida tá, você vai admirá. Eu moro inclusive nessa casa, eu moro há cinco anos. Eu nunca fui na casa de um vizinho, porque eu saio de casa às sete horas da manhã e chego mais ou menos dezoito, dezenove horas, todos os dias. Então eu não tenho tempo de visitá vizinho não, nem lugar nenhum."

Conforme fui conhecendo o universo dos Camelôs e ambulantes, fui percebendo que seu dia-a-dia é muito dinâmico e heterogêneo.

Existe uma diversidade de idéias e opiniões e de interesses, há luta pela conquista de seu espaço de trabalho.

Esta diversidade ao mesmo tempo que é muito rica, traz muitos conflitos.

Um dos aspectos que demonstra os diferentes posicionamentos entre eles é a Religião, presente na vida de quase todos, porém de forma antagônica.

Alguns tem na religião o caminho para todos os seus passos. Conduzem suas vidas conforme os ensinamentos da Bíblia, e por isto não entram em conflitos com a Prefeitura e comerciantes na defesa de seus direitos. Acham que tudo acontece conforme os desígnios de Deus.

> *"...Eles num é ruim, o governadô num é ruim né! Mais tá escrito que na palavra de Deus tá escrito, no fim dos tempos Deus falô: No fim dos tempo eu confundirei a mente dos sábios e entidades. Né? Ocê sabe os entendidos são os governos, né? Deus confunde a mente deles, né? Às veize ele qué consertá uma coisa e estraga mais porque num tá neles né! Aquilo ali é cumprimento da palavra, a palavra tem que cumpri... Eh!... eu num espero nada bão, daqui pra frente, espero só pió..."*

Este conformismo propicia muita tranqüilidade no entrevistado, visto que ele faz seu trabalho sem questionar qualquer tipo de controle e repressão.

Para eles os conflitos e a paz tem o mesmo significado, no sentido de que eles aceitam tudo com serenidade, porquê é da vontade de Deus.

O depoimento do Sr. Orocindo P. Silva não é o único que considera os conflitos como fruto exclusivo da vontade de Deus, eximindo-se da luta do dia-a-dia, mas também não é a maioria, pelo contrário, a maior parte dos entrevistados, eu

repito, não estão dispostos a deixar suas vidas serem manipuladas pelos órgãos públicos e pelas pessoas em geral.

Eles questionam o mundo à sua volta.

Não quero criar aqui a idéia de que as religiões são maléficas para as pessoas, mesmo porquê não tenho autoridade e nem conhecimento suficiente para discutir qualquer doutrina religiosa.

O objetivo o qual me proponho, está em demonstrar a diversidade das relações humanas e como seus questionamentos e crenças vão tecendo o cotidiano e alterando a dinâmica das cidades. Muitas vezes esta diversidade tem provocado a falta de união entre eles. As divergências políticas desestabiliza as lutas, enfraquecendo a categoria junto aos órgãos públicos.

> *"Eh! Falta muita união, é um atrais de derrubá o otro. Tem nego vendeno mercadoria preço de custo pra salvá conta, pra pagá mercadoria ou pra pegá, porquê o dinheiro dela tem que cobri otra conta..."*

Segundo os entrevistados, as dificuldades que às vezes surgem para comercializar as mercadorias cria obstáculos no sentido que, para não deixar o pouco capital que possuem parado, vendem seus produtos por preços abaixo daqueles utilizados pela maioria dos camelôs. O que cria atrito já que o freguês passa a comprar somente daqueles que estão vendendo a preço de custo.

Não existe uma política definitiva de preços para o mesmo tipo de mercadorias, o preço varia conforme o que o colega está cobrando.

O fato do mercado informal em Uberlândia estar crescendo assustadoramente e especificamente os Camelôs e Ambulantes, têm diminuído a margem de lucro que era até de 100, 150, 200% para 15, 20, e no máximo 50%, 60%.

A oferta exagerada de produtos do Paraguai, dificulta cada vez mais os ganhos neste setor. Porém mesmo com tais dificuldades continuam trabalhando.

> *"...Se ocê qué sabê, ocê vai lá fora é, a mercadoria do Paraguai tá seno extinta, vai sê extinta. Camelô não vai agüentá trabalhá com a mercadoria do Paraguai... Num é que tá muito cara, é que todo lugar que ocê vai tem. O ganho, tem mercadoria do Paraguai que não dá mais 15, 20%. Qué dizê num tá teno jeito do Camelô trabalhá. Se ele paga conforme a taxa aí, que ele vai enrolá todo. Porquê tem mercadoria, não vô falá que tem mercadoria que não dá 50, 60% tem, tem alguma. Mais em compensação também tem mercadoria, não te dá quinze, certo..."*

Outro aspecto interessante que pude observar durante minhas entrevistas no camelódromo foi que eles se preocupam em discutir as notícias sobre política e violência. Muitas vezes começam a se posicionar politicamente defendendo posições, com a segurança de quem sabe a fundo o que estão dizendo. Geralmente eles possuem opiniões sobre a política nacional, local e da Associação da qual participam. Eles tem consciência de que como cidadãos possuem direitos e deveres, consequentemente demonstram sua cidadania lutando por um

espaço na sociedade. Mas este processo é contraditório. De um lado assimilam o discurso produzido pela mídia e de outro buscam solucionar seus problemas de modo próprio.

A política em suas vidas também está muito ligada aos aspectos concretos do seu dia-a-dia, como os postos de saúde nos bairros que moram, na inflação, nas compras de supermercado, nos produtos que revendem, no desemprego, etc.

> *"...No meu conhecimento a inflação subiu a mesma coisa. Subiu, prá meu conhecimento subiu a mesma coisa. Razão porque um saco de arroz por menos de um real, um pacote de arroz custava $1,80, eu fui em vários mercado e vi quanto tá um pacote de arroz: $4,00, $4,50, os mais barato até $3,50. Então como é que nossa inflação não subiu? Toda coisa subiu, só que a pessoa que ganha muito tem o seu dinheiro, que é rica, num vê a inflação. Inflação prá ele não existe. Existe prá nóis pobre, nóis que vive batalhando o salário mínimo. E é uma realidade isso aí..."*

Sobre a política nacional dizem:

> *"...já que o país gira em torno de juro, deveria tê uma queda nos juros né, e pô a moeda prá circulá. Porquê hoje num é só os pobres da classe baixa que tá sofreno, são todos. Mais eu acho que falta moeda no país. Acho que a verdade é essa. Os juro muito alto, juro muito violento... Eu acho qui deveria até 'acabá um pôco de funcionário como existe. São muitos funcionário prá pôco serviço. Esse é meu modo de vê. Acho que o dinheiro circula mesmo só em mão do governo... O dinheiro que ele paga um funcionário dele dá, é o que quase 100 pessoas que trabalha braçal recebe..."*

Fazem questão de demonstrar que não aceitam e questionam os discursos que os políticos locais fazem para conseguir seu voto. Eles tem consciência que muitas das promessas feitas em campanha não passa da obrigação que o político precisa ter com o cargo.

"Na política do Ferola, eu trabalhei prá ele. Num tenho nada a reclamá, sabe? Eu trabalhei, tá trabalhado, o que eu faço eu num arrepondo, mais o Ferola, o PFL, aquela fusão que foi o PFL e uma ôtra lá que elegeu o Ferola, eles trabalha em prol do rico. Pode andá nessa Uberlândia e procurá coisas que foi feito prô pobre. Asfalto, alfalto é uma obrigação e ocê num ganha o asfalto.
Asfalto é pago mensalmente ou a vista. Ah!, asfaltô tantos KM de asfalto, asfaltô, mais todo dono do seu terreno tá pagando. Não teve nada de graça tá. Ah! Pôiz luz. Pôiz mais ocê paga a taxa de iluminiação, caba pagando tudo né. Então não é eles que puzeram..."

São tantos os aspectos que fazem parte do dia-a-dia dos Camelôs/Ambulantes, que seria praticamente impossível que todos fossem discutidos.

Porém não posso esquecer da presença marcante que as mulheres possuem na constituição deste mercado. Apesar de ser um número reduzido em relação aos homens. As mulheres apresentam uma participação ativa na luta pelos direitos da categoria.

Essa participação aumentou consideravelmente nos últimos anos. Com o achatamento dos salários no país e a conseqüente diminuição da renda familiar, as mulheres se viram na contingência de ingressar no mercado de trabalho.

"...Em termos de liberdade para a mulher era difícil antigamente porque a mulher era muito discriminada. Hoje tá melhor, porque as mulheres felizmente teve que regaçá as manga né! Porquê não tem condições de ficá esperano só do homem..."

"Não, eu acho que não, o preconceito a gente já viveu, porque no tempo da juventude da gente as coisa era muito apertada prá mulher."

"...Não, não sinto (discriminação) porque o homem já passô a incará a realidade e vê que a mulher tem competência né... Então eu acho que isso é uma coisa assim, é algo que a mulher conseguiu a conquistar, mas

prô ôtro lado se tornô difícil porque os homem hoje não qué nada com nada..."

Essa participação não se deu à princípio pelo desejo de conquistar seu espaço na sociedade e no mercado e tão pouco pelo fato das mulheres quererem provar para os homens que são capazes, não. Acredito que condições sociais de vida que impulsionam as mulheres a conquistar por direitos que não são apenas seus, mas de todos.

Uma das características comuns da vida desses homens e mulheres os quais participam ativamente do mercado "informal" em Uberlândia é seu grau de escolaridade. Geralmente não possuem mais que o 1°Grau.

Quando iniciei a pesquisa, tinha por pressuposto que a formação educacional era importante para se ter acesso ao mercado de trabalho. Pelo fato de estar ligada à escola, pensava que todos os sujeitos tivessem a mesma compreensão. No entanto a educação formal se para uns abre esta possibilidade, para outros ela não tem praticamente nenhuma importância.

Para estes trabalhadores a educação é importante, mas não é essencial para suas vidas. Como a grande maioria não teve a oportunidade de continuar na escola, porque precisavam trabalhar para sua sobrevivência e da família, eles criaram opções onde a educação escolar não lhes fizesse falta.

O fato de existir profissões que não exigem um grau de escolaridade elevado, mas habilidade e dedicação, permitiu que essa falta, não exercesse uma pressão muito grande sobre eles.

É interessante perceber que eles vão criando condições e se adaptando às circunstâncias conforme suas aptidões para conquistar seu espaço na sociedade.

Saber ler, escrever e assinar o nome, pode parecer pouco, mas é suficiente para que um indivíduo se comunique e desenvolva operações matemáticas simples. Por isto os trabalhadores ambulantes não consideram a falta de um título acadêmico, como impecilho para que conquistem uma vida melhor.

Seus depoimentos demonstram com muita naturalidade este quadro.

> *"...Prá começa eu não tive tempo de estudá. Eu nasci em quarenta e cinco (45) em cinqüenta e três(53) com oito(8) anos de idade eu saí da casa de meu pai, e evidentemente até hoje eu vivo no Brasil aí. Conheço dezenove(19) estados do país, nunca parei prá estudá em nenhum. Sempre trabalhando desde a idade de oito anos até hoje... Eu tinha amigos por onde passei e uns ensinaram eu escrevê meu nome e assim diante, e hoje eu sei, a única coisa que sei mesmo é escrevê meu nome e só..."*

> *"Meu estudo é muito pôco. Eu sei mal assiná meu nome e lê alguma coisinha. Quase nunca fui à escola prá falá a verdade... Eu num sei, naquele tempo um pôco de desinteresse meu. E sob a leitura, toda vida eu fui meio, sei lá, a cabeça tapada prá leitura.*
> *Graças a Deus, no comércio nunca embaraço com nada... Me faz falta, eu enxergo que a leitura faz falta dimais prá qualqué um. Mais graças a Deus, eu sei entrá em qualquer comércio, qualqué ramo de comércio sei negociá. Qualqué local que eu fô, eu sei entrá e saí... Muita gente que tem o estudo e as vezes é mais tapado que eu. Mais isso aí vai muito da memória da pessoa.*

Num sei, cada um tem um sistema de agí. Agora, graças a Deus prá mim até hoje, se eu tivesse leitura seria melhor, mais eu vivo até hoje..."

Seus conhecimentos são construídos na prática do dia-a-dia. Nos embates sofridos na conquista do local de trabalho, com os órgãos públicos, a imprensa e os comerciantes.

Eles certamente nunca ouviram falar de grandes autores discutindo política, economia, saúde, e talvez nem mesmo tenham ouvido nada sobre mais-valia e expropriação de capital. No entanto possuem consciência de sua cidadania, da exploração do trabalho assalariado, das manobras da política, e de seus direitos. Não se preocupam com conceitos fechados de classe e do jeito deles vão adquirindo conhecimento através das experiências do cotidiano. Como eles mesmos dizem: "a trancos e barrancos".

Através dos depoimentos percebo que o mercado informal, apesar de sua definição, não está à margem da sociedade, é um mercado altamente produtivo onde os trabalhadores que nele atuam, participam do desenvolvimento da cidade numa interação entre mercado formal e informal. Tanto um quanto o outro, utilizam os serviços prestados por ambas categorias.

De acordo com as experiências dos entrevistados, o mercado "informal" hoje, se coloca como uma possibilidade para questionar o mercado formal, e mostrar que o mercado formal não tem espaço para todos os cidadãos, uma vez que, ele se tornou um espaço elitizado e restrito. No sentido que

impõe condições para que façamos parte dele ao mesmo tempo que não nos propicia alternativas para tal.

Segundo os Camelôs/Ambulantes, o mercado "informal" seria um lugar onde as normas são criadas por aqueles que participam dele. Sua dinâmica é construída pelas necessidades, pelos desejos e conflitos na conquista deste espaço. A atuação destes trabalhadores tem ganhado uma dimensão muito maior do que se esperava de um espaço "desorganizado".

No entanto, os órgãos públicos e associações de empresários tem procurado barrar de todas as formas o avanço deste mercado.

No caso dos Camelôs/Ambulantes em Uberlândia, esta preocupação em reduzir a atuação e autonomia destes trabalhadores não tem sido diferente.

Além da autonomia financeira e falta de vínculos com o Ministério do Trabalho e da Previdência Social, eles tem conseguido um outro tipo de autonomia, que é a liberdade para lutar por si mesmo.

Muitos ainda não conseguiram se desvincular do sistema de repressão e controle exercido pelos órgãos públicos. Mas lentamente os trabalhadores estão modificando suas relações e sutilmente estão impondo um novo jeito de se viver em sociedade.

Para que possamos compreender melhor esta questão, passo a apresentar o próximo capítulo, o qual intitulei: "De Olho no Perigo - Fiscalização e Resistência".

CAPÍTULO II

DE OLHO NO PERIGO:

Fiscalização e Resistência

Conforme mostra o capitulo anterior, o cotidiano dos Camelôs e Ambulantes está marcado por uma luta diária, para garantir sua sobrevivência. Uma luta cercada de muitos conflitos.

A dimensão deste conflito pode ser apreendida através das reações dos trabalhadores contra o controle que a prefeitura visa impor por meio do mecanismo da fiscalização.

O controle dos órgãos públicos merece uma maior reflexão, uma vez que possibilita equacionar sobre a natureza do "informal". Não é uma abstração pensar na importância desta dimensão do mercado. Afinal todo controle exercido pela Prefeitura Municipal, nos leva a questionar a classificação de informal atribuída aos Camelôs, uma vez que, um mercado onde existe um controle constante por parte dos órgãos públicos, não pode ser considerado informal, já que, conforme denominamos o setor informal na introdução desta monografia, o mesmo se caracteriza por estar à margem de uma estrutura legal e fora das estatísticas oficiais.

A P.M.U. controla através da Secretaria de Serviços Urbanos a atuação de todos aqueles que pretendem exercer alguma atividade econômica no município.

Com os Camelôs/Ambulantes este controle não é diferente. Existe um regulamento aprovado pelo prefeito e os representantes da Câmara Municipal que estipula como e onde esses trabalhadores podem atuar.

Conforme o regulamento:

> *"Art.1°- Considera-se comércio ambulante a atividade temporária de venda de mercadorias a varejo, realizada em logradouros públicos, por profissionais autônomos, em locais e horários previamente determinados."*
>
> *Art.2°- Os produtos a serem comercializados deverão enquadrar-se em um dos seguintes grupos:*
> *I - produtos alimentícios;*
> *II - produtos industrializados;*
> *III - produtos artesanais.*
>
> ***Parágrafo único** - Não será permitido o comércio de bebidas alcoólicas, cigarros, produtos eletrodomésticos, elétricos, eletrônicos, sejam nacionais ou estrangeiros.*
>
> *Art.3°- Os locais para instalação do comércio ambulante serão definidos por decreto do Poder Executivo.*
>
> *Art.4°- As autorizações para instalação do comércio ambulante serão concedidas pela Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, conforme critérios estabelecidos em regulamento, através de análise sócio-econômica do requerente, priorizando-se os portadores de deficiência e os idosos.*
>
> ***Parágrafo único** - Será exigida a comprovação de residência e domicílio eleitoral no Município de Uberlândia, por no mínimo, 03(três) anos.*
>
> *Art.5°- A Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social concederá autorização, de acordo com o disposto no artigo anterior, mediante a apresentação dos seguintes documentos do interessado:*
> *I - carteira de identidade;*
> *II - duas fotos 3x4;*
> *III - comprovante de residência firmado pelo interessado;*

IV - declaração firmada pelo interessado sobre a natureza e origem da mercadoria que pretende comercializar;
V - título de eleitor.

Art.6°- A Secretaria Municipal de Finanças expedirá alvará de licença por prazo nãosuperior a 01(um) ano, face à autorização de que trata o artigo anterior.

Paragrafo Primeiro - Do alvará de licença constarão as seguintes informações:
I - nome e endereço do vendedor ambulante;
II - indicação do grupo de produtos a serm comercializados;
III - local, dias e horário de funcionamento.

Parágrafo Segundo - O alvará de licença para exercício do comércio ambulante é de caráter pessoal e intransferível, servindo exclusivamente par o fim nele indicado.

Parágrafo Terceiro - Será permitido somente um alvará de licença para cada vendedor ambulante.

Parágrafo Quarto - Em caso de falecimento do titular o cônjuge supérstite ou filho maior poderá ser autorizado a das continuidade pessoalmente ao comércio, desde que comprovada a dependência econômica familiar daquela atividade.

Parágrafo Quinto - Será permitida a substituição do titular no exercício da atividade pelo cônjuge ou filho(a) maior em caso de doença comprovada mediante atestado médico.

Art.7°- O comércio ambulante fica sujeito à legislação fiscal e sanitária do município.

Art.8°- A fiscalização do comércio ambulante á da competência da seção de fiscalização de posturas, da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e será feita em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde em casos especiais.

Parágrafo unico - Para o fiel cumprimento desta Lei, a fiscalização do comércio ambulante fica autorizada a requisitar força policial, quando necessário.

Art.9°- A Secretaria Municipal de Saúde emitirá parecer prévio nos pedidos de autorização para comercialização de produtos alimentícios e outros de interesse para a saúde pública.

Art.10°- São obrigações do vendedor ambulante:
I - comercializar somente produtos especificados no alvará, exercendo a atividade pessoalmente, nos limites do local demarcado e nos dias e horários estabelecidos;

II - colocar à venda somente produtos em perfeitas condições de consumo, atendido, quanto aos produtos alimentícios ou qualquer outro de interesse da saúde pública, o disposto na legislação específica sanitária e o Código de Defesa do Consumidor;
III - portar-se com respeito e decoro, tanto em relação ao público em geral, quanto aos colegas de profissão de forma a não perturbar a tranqüilidade pública;
IV - transportar as mercadorias de forma a não impedir e dificultar o trânsito;
V - acatar ordens da fiscalização, exibindo quando solicitado, o respectivo alvará e demais documentos relativos ao exercício da atividade;
VI - recolher as taxas e impostos referentes ao exercício da atividade;

Art.11°- Pela inobservância das disposições desta Lei, aplicam-se as seguintes sanções:
I - auto de infração;
II - multa de 03(três) a 21(vinte e um) vezes a Unidade Fiscal Padrões de Uberlândia - UFPU graduada conforme a gravidade da infração cometida.

***Parágrafo Primeiro** - Das sanções impostas cabe recurso administrativo dirigido à Comissão Permanente do Comércio Ambulante - C.P.C.A., no prazo de 10(dez) dias.*

***Parágrafo Segundo** - Em caso de apreensão, lavrar-se-á auto de apreensão, discriminando as mercadorias apreendidas, cuja devolução será feita à vista de documento de identidade e da cópia do auto de apreensão, após o pagamento de despesas de decorrentes de multa e taxa de apreensão.*

***Parágrafo Terceiro** - Decidido o recurso, o vendedor terá o prazo de 02(dois) dias úteis; para a retirada das mercadorias perecíveis e o prazo de 05(cinco) dias úteis para os não-perecíveis, findo o qual, será doada a uma entidade assistencial, mediante comprovante.*

***Parágrafo Quarto** - Em caso de apreensão de mercadorias de interesse da saúde pública, será adotado o seguinte procedimento:*
I - submeter-se-á mercadoria à inspeção sanitária pelos técnicos da Secretaria Municipal de Saúde; constatada a impropriedade do produto para consumo ou qualquer outra irregularidade, dar-se-á destino adequado;
II - cumprido o disposto no inciso anterior, não se apurando irregularidade quanto ao estado da mercadoria será entregue a uma entidade assistencial, mediante comprovante.

Art.12°- Fica criada a Comissão Permanente do Comércio Ambulante - C.P.C.A. composta dos seguintes membros:
I - um representante da Associação Profissional de Vendedores Ambulantes de Uberlândia;

II - um representante de base indicado através da Associação Profissional de Vendedores Ambulantes de Uberlândia;
III - um representante da Associação Profissional de Camelôs Vendedores Autônomos de Uberlândia;
IV - um representante de base indicado através da Associação Profissional de Camelôs e Vendedores Autônomos de Uberlândia;
V - um representante da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia - ACIUB;
VI - um representante da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social;
VII - um representante da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos;
VIII - um representante da Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento;
IX - um representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
X - um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
XI - um representante da Secretaria Municipal de Cultura;
XII - um representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;
XIV - um representante da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes.

Art.13°- Os critérios de funcionamento da Comissão serão estabelecidos em Decreto.

Art.14°- Os membros da C.P.C.A. serão indicados através dos titulares dos órgãos elencados no art.12°.

Art.15°- A C.P.C.A. elegerá dentre seus membros o Presidente e o vice; o Presidente indicará, dentre os membros da Comissão, o Secretário.

Art.16°- A C.P.C.A. reunir-se-á sempre que necessário, podendo a convocação ser feita pelo Presidente ou por, no mínimo, cinco de seus membros.

Art.17°- Os membros da C.P.C.A. terão mandato de 02(dois) anos, podendo ser renovado por igual período.

Art.18°- Os membros da Comissão não perceberão remuneração pelo exercício do mandato, sendo seus serviços considerados de relevante interesse público.

Art.19°- Durante o período do mandato, os membros da Comissão poderão ser destituídos a critério do titular do órgãos que representem.

Art.20°- As decisões serão tomadas por maioria simples, sendo exigido um quorum mínimo de 50% (cinqüenta por cento) de seus membros, em primeira convocação ou meia hora depois com qualquer número.

Art.21°- Compete à C.P.C.A.:

I - zelar pelo fiel cumprimento desta Lei e seus regulamentos;
II - propor ao Executivo alterações que visem o aprimoramento desta Lei, bem como os critérios para o seu regulamento;
III - submeter à apreciação do Executivo o projeto de zoneamento dos locais destinados ao comércio ambulante;
IV - demarcar as áreas destinadas à atividade e o respectivo número de vagas levando em consideração:
a) a freqüência de pessoas que permitam o exercício da atividade;
b) a existência de espaços livres para a exposição de mercadorias;
c) o [illegible] produto com distribuição dos espaços por categoria;
V - estabelecer a relação de mercadorias comercializáveis;
VI - determinar o horário de funcionamento do comércio ambulante;
VII - avaliar e decidir sobre a renovação do alvará de licença;
VIII - definir a padronização dos equipamentos utilizados pela atividade do comércio ambulante;
IX - analisar e emitir parecer sobre os casos omissos.

Art.22- O projeto de zoneamento de que trata o inc.III do artigo anterior é de caráter provisório, podendo ser alterado, a qualquer tempo, pela Administração Municipal.

Parágrafo único - O vendedor ambulante deverá ser comunicado da mudança de local com antecedência mínima de 30(trinta) dias, exceto em casos de relevante interesse público devidamente justificado, quando não será exigida a comunicação prévia.

Art.23- É expressamente proibida a alienação ou cessão de "ponto" pelo vendedor ambulante, seja a que título for.

Parágrafo Primeiro - Aquele que infringir o disposto neste artigo incorrerá nas seguintes sanções:
I - multa de 21(vinte uma) vezes a unidade fiscal padrão de Uberlândia - UFPU;
II - cassação do alvará;
III - proibição de obter autorização para o comércio ambulante.

Parágrafo Segundo - Ao comprador ou cessionário serão aplicadas as seguintes sanções:
I - multa de 21(vinte e uma) vezes a unidade fiscal padrão de Uberlândia - UFPU;
II - apreensão do equipamento e mercadoria;
III - proibição de obter autorização para o comércio ambulante.

Art.24°- Os vendedores ambulantes que à data da publicação desta Lei, estiverem exercendo a atividade em logradouros públicos deverão comparecer à Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, para fins de recadastramento e regularização de sua situação, face às disposições contidas nesta Lei, sob pena de cassação do Alvará.

***Paragrafo unico** - Os interessados serão notificados para o cumprimento do disposto neste artigo.*

Art.25°- O Poder expedirá decreto regulamentando esta Lei no prazo de 60(sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art.26°- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei n°.4230 de 05 de novembro de 1985.

O camelódromo construído na Av. Floriano Peixoto no terreno do DMAE vem confirmar o art.1° deste regulamento. Os Camelôs que lá estão, foram cadastrados pela prefeitura após a aprovação da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social conforme art.4°.



Antes da construção deste camelódromo eles trabalhavam espalhados nas principais praças e vias públicas da cidade.

A retirada desses Camelôs das ruas, não foi um processo fácil e acredito que não teve a pretensão de melhorar suas vidas. Segundo aqueles que continuam nas praças, a fiscalização constante tem dificultado muito seus trabalhos.

> *"...Essa dificuldade aqui na praça é ruim porquê toda hora o fiscal tá correno atráiz de nóis aqui, num sei por causa de quê que é. Deve sê por causa dos dono das loja..."*

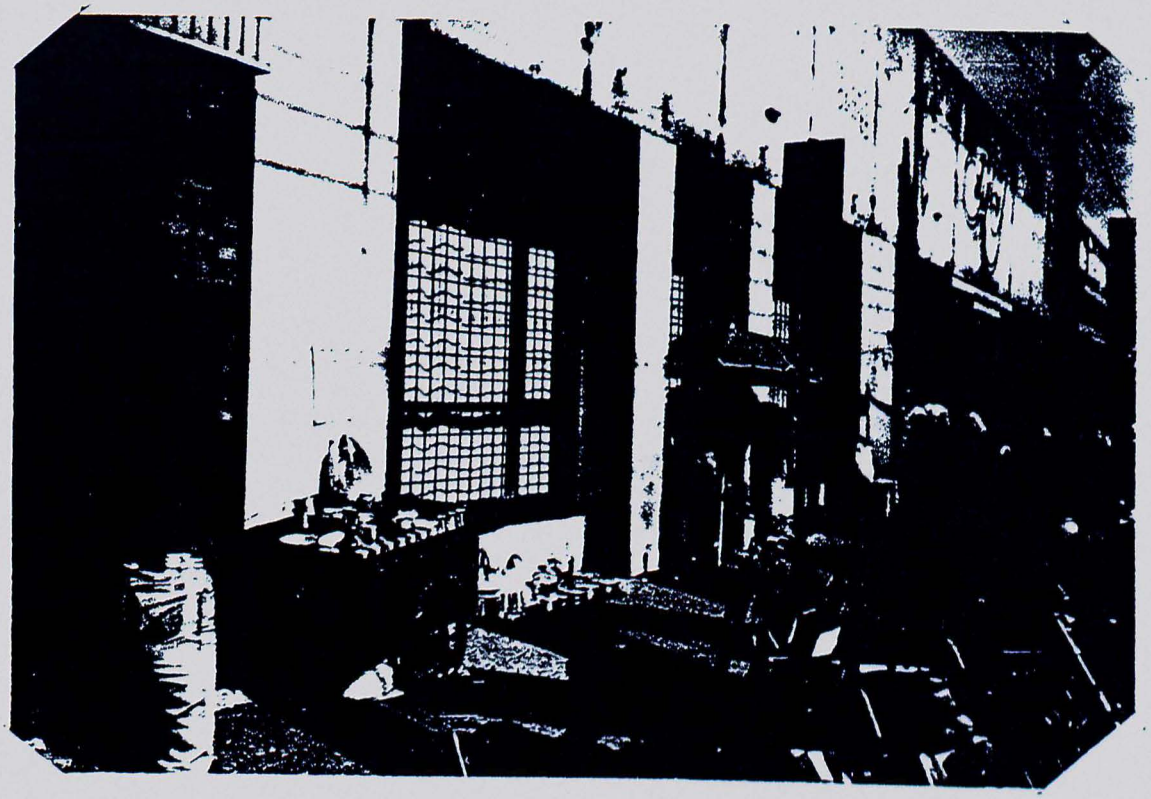
Alguns comerciantes, representados pela Associação Comercial e Industrial de Uberlândia ACIUB e o Centro dos Diretores Lojistas - CDL, não aceitam o comércio informal e consequentemente pressionam, para que a Prefeitura os controle. Muitos são os atritos advindos desse controle.

> *"...se dependesse principalmente do CDL não existiria nenhum ambulante dentro de Uberlândia. Já tinha desaparecido todos eles... Fala que estamos competindo com eles e tal e que é injusto. É, o vendedor ambulante não paga nada, não paga isso, não paga aquilo e que eles acarretam despesa, e que nós estamos usufruindo desse direito que por lei é deles, enfim..."*

Para impedir a comercialização e a permanência dos Camelôs, neste mercado e ao mesmo tempo satisfazer os empresários da cidade, a Prefeitura impõe critérios que não são aceitos por eles.

> *"Até a gente fica com vergonha, porque fizeram uma comissão tão safada, que a gente tem que falá na cara deles o que eu já falei. É tão safada que até a minha idade foi alterada na Comissão da Prefeitura..."*

Alguns dos Camelôs reprovados pelos critérios da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social, estão nas vias públicas da cidade e outros foram transferidos provisoriamente em outubro/95 para o terreno vago em frente a praça do Terminal Rodoviário.



Esta transferência provisória está completando aproximadamente um ano e meio e até o momento nada foi feito. Os Camelôs que continuam lá dizem:

> *"Não, até que ela (a Prefeitura) tá satisfeita com nóis aqui. Por quê aqui nóis num tamo fedeno e nem cherano. Aqui se nóis quisemo pô essas luize aqui, foi nóis que pusemo com toda briga. Nóis quizemo pô água foi pió.*
>
> *Agora, nóis, jogô nóis pra cá e aqui fica o seguinte, o cara tabalha do jeito que qué, 'na maió bagunça. Quando vem eles querem pô uma orde que nunca conseguiram colocá...Quando eles vem, vem ameaçá quem tá trabalhano aqui, de tirá..."*

De acordo com as entrevistas, a criação dos Camelódromos nada mais são, que mecanismos de controle, já que reúne a maior parte dos Camelôs em local fixo, facilitanto a fiscalização. Acredito que se o Camelódromo fosse uma preocupação de melhorar a vida dos Camelôs/Ambulantes, a infra-estrutura necessária ao conforto dos trabalhadores seria uma prioridade, o que não é verdade. Eles reivindicam constantemente da Prefeitura tais benefícios e até o momento obtiveram apenas promessas. O que tem causado muita revolta. Eles se sentem jogados.

> *"Fui tirado fora da 'camelage', por que eu fui jogado..."*

Um outro problema encontrado nos Camelódromos, foi a queda brusca nas vendas, ocasionada pela mudança da política nacional, pelo plano Real e a globalização.

Eles acreditam que a Prefeitura Municipal imaginava que com tantas dificuldades eles desistiriam, mas isto não ocorreu. E continuaram com os métodos de fiscalização.

> *"O trabalho que ela (a assistente social da prefeitura) tá fazendo é... vem cá, marca presença igual na escola: '- Você tá presente no trabalho? Porque você num veio trabalhá ontem? Como se a gente tivesse sendo empregado da prefeitura, entendeu? Ela vem de manhã e vem à tarde prá marcá se você tá vindo trabalhá ou não..."*

Para os ambulantes, esse controle é bem maior, não existe trégua para eles. Enquanto que nos camelódromos em alguns momentos esta fiscalização diminui.

"E a prefeitura, pelo menos no começo (do camelódromo) ***não sei se e porque agora relaxô por causa das politica****, mais no começo a pressão era forte... é, no começo do camelódromo. A gente tinha ordens a ser cumpridas. Prô cê saí ocê tinha que pedi licença, prô cê faltá, dá uma justificativa de por que ocê faltô. Tinha o horário docê trabalhá, como ocê expô a mercadoria, como ocê não expô, como ocê ia usá-la e prá quê?*
Camelô, barraca, já diz muita coisa, qué dizê muita coisa depindurada né! E aqui a gente num podia usufruí todos os lado da barraca".

A forma como os Camelôs devem expor suas mercadorias também faz parte dos mecanismos de controle da prefeitura, através do art.21 do Regulamento do Comércio Ambulante de Uberlândia.

Com os ambulantes a fiscalização tem outro caráter. Os fiscais procuram eliminá-los a todo custo. Talvez porque ficam espalhados e dificultam em muito controle da P.M.U. que fica sem saber quantos e quem são exatamente. Por quê hoje eles estão em um lugar, amanhã em outro.

Os ambulantes não abrem mão de seus direitos e enfrentam a P.M.U. com a força de quem sabe o que quer e porquê.

Até mesmo a polícia já foi utilizada na tentativa de intimidá-los e forçá-los a ir pra onde a P.M.U. determinasse. O uso da força policial é apoiada pelo Art.8°, Parágrafo único do regulamento do Comércio Ambulante, sancionado pelo Prefeito.

Considero tal procedimento uma arbitrariedade, uma vez que, Camelôs/Ambulantes são apenas comerciantes de um mercado

que não é legalizado pelos órgãos oficiais. Não são marginais.

Em janeiro de 1996, um dos fiscais da P.M.U. entrou em conflito com um Ambulante que vendia doces na Praça Tubal Vilela. Ele ia pra casa almoçar e foi agredido pelo fiscal dentro do ônibus urbano, e humilhado diante de vários cidadãos. E nenhuma atitude de punição foi efetuada por parte da Secretaria de Trabalho e Ação Social.

Os ambulantes ficaram revoltados.

> *"...Não pode, nem o policial, nem ninguém, tem direito de agredi ninguém, exceto em flagrante delito ou em crime. Nós não estamos cometendo crime, nós estamo trabalhano. Nós não somo criminoso, somos trabalhadores, só isso. Se trata de um trabalhador tentano ganhá pão prá sobrevivê. Na verdade nós não temos, ninguém tem direito de nos agredi, essa é a verdade, não tem..."*

Este depoimento demonstra que eles tem consciência de seus direitos à cidadania.

E que não são pacíficos, no sentido de aceitar a opressão.

Eles partem do princípio que, trabalhar não é crime, querer uma vida mais digna não é crime, portanto, não aceitam ser tratados com violência.

Vários são os argumentos utilizados para frear o avanço da atuação dos Ambulantes. Porém, como já foi dito, nem todos aceitam tais argumentos.

> *"...Olha a questão da praça, eles justificam por questão de ser turístico, sê bonito e a gente ia enfeiá-la. Eh! Eles julgavam isso. Eu creio que são desculpas..."*

Contudo, toda repressão existente não tem impedido a expansão deste mercado denominado informal. É interessante verificar como são diferentes as posições entre estes trabalhadores. Aqueles ligados aos cargos de chefia da Associação e portanto a contatos diretos com a P.M.U., eles defendem idéias que vão de encontro com os interesses do poder público e não de todos os Camelôs.

> *"...Pede(peço) desculpa pra ele (Prefeito Virgílio Galassi) o tanto de raiva que o Camelô já passô nele. E nóis muitas veize nóis passa raiva e eles tem uma paciência muito grande, toleram a gente. Eh! Pedi desculpa pra aqueles por aqueles que votaram contra o Virgílio Galassi. Eh! Mais a maioria votaram a favor por isso ele foi eleito. Agradecê também o Camelô por sê compreensivo, agradecê também as pessoas que vieram pra cá sem implicá com a Prefeitura né, éh! Que soube recebê de braços abertos né, esse apoio que a Prefeitura deu e continua dano..."*

Porém muitos dos Ambulantes contrapõem esta idéia de apoio. E através de um dos trabalhadores fica evidente as divergências que existem:

> *"...Agora o Virgílio num gosta não. Todo jeito ele num gosta de Camelô... O Virgílio fala que por ele num tinha nenhum Camelô dentro de Uberlândia. Camelô num gosta dele. De fato num gosta dele mesmo não. Porquê ele é ruim..."*

Às vezes fica claro, a assimilação do discurso dominante. A P.M.U. através da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social procura construir uma imagem de que:

> *"...a Ação Social , ela olha a necessidade da pessoa pobre..."*

Realmente este é o papel que lhe é reservado. Porém no caso dos Camelôs/Ambulantes o propósito é outro.

Se a preocupação dela fosse somente os pobres, ela teria cadastrado todos aqueles que estavam pré-dispostos a ir para o Camelódromo. Afinal como eles próprios dizem:

> *"...Agora a vida do ambulante aqui dentro de Uberlândia, tem uma parte muito negra também, tem uma parte escura que quase ninguém conhece, nem o próprio ambulante admite, mas é verdade. Hoje dentro de Uberlândia tem pessoas que estão passando fome, inclusive a Associação está ajudando porque estas pessoas estavam trabalhando há tempos passados e a Secretaria de de Ação Social, resolveu remanejá o pessoal de uma área pra outra e deixou muita gente de fora, pessoas que não têm como trabalhá, são pessoas com setenta e cinco anos, setenta e oito anos, é sessenta e oito anos, pessoas nessa faixa de idade que são aposentados e ganham um salário mínimo e vive doente. Esse comércio pra eles compretaria as despesas deles né, e foram desativados seus comércios. E a Secretaria de Ação Social, tirou o direito desse pessoal trabalhá. E esse pessoal hoje se encontra numa situação muito difícil na casa deles..."*

À medida que ouço os depoimentos, percebo que a fiscalização está mais preocupada com a imagem que os vendedores ambulantes podem causar ao espaço urbano, retratando o problema do desemprego crescente em Uberlândia, do que com a venda de produtos importados e o recolhimento dos impostos que lhe são devidos.

Dessa forma, os agentes dos poderes públicos tornam claro que o projeto das classes dominantes, isto é, sua proposta de desenvolvimento não incorpora trabalHadores informais. Isto porquê busca uma maior concentração de renda.

Realmente a P.M.U. não está preocupada apenas com a sonegação de impostos dos produtos industrializados. Pois os fiscais tem apreendido as mercadorias, até mesmo daqueles que fabricam seus próprios produtos como: picolé, laranjinha, doces e salgados. Segundo os trabalhadores:

"...São pessoas que fabrica e se perder a mercadoria num tem como levá a janta pra casa, sabe? São bem mais simples do que a gente possa imaginá, mais mesmo assim..."



Uma das formas de resistência encontrada pelos ambulantes para driblar a fiscalização é o trabalho em horários alternados. Eles conhecem os horários dos fiscais e por isto se adaptam a eles.

"...À noite não. Depois das seis hora cabô... É das 9:00 a 1 hora da tarde. É o horário que eles fica aqui. Depois das 3 às 4 hora... Não, esse horário nóis fica

escondido. Guarda a mercadoria e num deixa nem vê eles não."

Porque não podem trabalhar continuamente acabam trabalhando apenas duas, duas horas e meia ininterruptas.

"Aqui não tem como funcioná, não tem hora prá funcioná. Você trabalha aqui praticamente uma, duas horas por dia na verdade. Dia de doze horas. Não tem como você trabalhá, você tá trabalhado, de repente chega o fiscal, tem que saí porque você é obrigado a cumprir a lei, certo? Existe uma lei, a lei municipal, que na praça pública você não pode trabalhá serviço ambulante. Então nós temo que saí, nós saímos.
Eles saíram, nós vamo dá uma voltinha, aquele negócio todo, é horário de almoço (dos fiscais) nós trabalhamos novamente. E trabalhamos a noite certo? Nosso horário de trabalho é esse. Na verdade, na verdade nosso horário de trabalho o dia todo é no máximo, no máximo duas horas de trabalho ininterrupto."

Aqueles fiscais que abusam de seu poder, durante a fiscalização, são criticados por esta postura.

"É tem uns que acha que tá por cima da carne sêca, e faz como que a gente é ninguém sabe. A gente procura eles: 'Ôh! Que hora ocês vão almoçar?' Ah! Não tem papo pra te dá não! Como se ele fosse praticamente o prefeito, né? Que..."

Quando suas mercadorias são apreendidas, êles geralmente não vão retirá-las. Porque,

"...E então tem hora por exemplo, igual eu que trabalho com coisa barata, que é cabide, prendedô de cabelo, bola, plástico... tem hora que eles chega prendê, vô lá buscá. Cem conto. Cem conto eu compro cinco vezes aquela quantia em São Paulo.
...Então é melhor dexá. E pra onde vai isso, será que verdadeiramente isso é encaminhado às instituições de caridade, às creches?
...Eu nunca fiquei sabeno pra onde vai, eles dizem que as coisas de comê, que é coisa de perdê à toa vai pras creche rápido e as outras coisas ficam lá por 8 meses.

Mais uma vez, uma brincadeira aí de falaram que:

> *"Vamo prendê umas luizinha de natal pra gente podê enfeita a prefeitura. Ah! vamo prendê os ursinho daquele rapaz, (no caso era os meus) pra levá pros nosso menino de presente de natal, nóis tamo ganhano poco.."*

Mas o controle da Prefeitura não para por aqui. Ela controla todos os passos desses trabalhadores. A liberdade que eu imaginava existir no inicio desta pesquisa, hoje eu sei que ela não existe. Pois até mesmo suas barracas possuem nº registro no relatório de bens imóveis da Prefeitura, sendo a barraca para cada Camelô um objeto de uso e nada mais. Não significa propriedade, eles não possuem a posse dela. Veja:

> *"...Não, essa barraca é pela prefeitura né! Qué dizê, nóis tem o direito de trabalhá nela. É tanto que qualqué estrago na barraca, é dito pela P.M.U. que nóis temo que pagá.*
> *Qualqué estrago. Então a barraca não é nossa, qualqué tempo que a prefeitura chegá, hoje de manhã, e dissé que é prá saí, nóis é obrigado a desocupá, porque quem manda é ela. Aqui é do DMAE (o tereno) então..."*

Existem aqueles Camelôs que acreditam que o Camelódromo e suas barracas são um avanço e uma conquista de sua categoria.

> *"...Qualqué pessoa que chega aqui, que vê as barraca feita, o chão, o piso, todo cimentado, banheiro e as barraca feitinha. Embora coberta com uma lona e pra gente pagá a prestação (aluguel, por que ela vai ser sempre da P.M.), eu acho que tá muito diferente da otra Administração que disseram pra gente 'Quem não pudé fazê a barraca padrão, que racha fora'..."*

Quando o entrevistado diz que tá muito diferente da outra Administração ele não percebe que quanto mais a

Prefeitura se oferece para ajudar, mais fácil se torna seu controle.

> *"Como sempre eu tenho falado eles sempre apoiam, nunca ficam de fora. Aqui mesmo eles prometeram fazê uma cobertura né! Pra cobertura de Eternit né, por quê aqui está coberto com lona. Então, eles tão prometeno ajudá e eu confio muito na promessa deles por quê eles nunca falharam com a gente. Eles sempre apoiaram..."*

Não existe um consenso com relação à ajuda e apoio da Prefeitura. Raras exceções os depoimentos tem demonstrado apenas os conflitos advindos das exigências impostas pelo regulamento do Comércio Ambulante.

> *"No dia 5 de setembro (1996) aquele temporal que teve aqui (Camelódromo T. Rodoviário) derrubaram as barracas todinha, as barracas caíram todas, eu acionei as televisões, a emissora de rádio, jornal e Ação Social, 5 hora da tarde, chego falano pra eu cobri no ar a Globo Cultura. Eu cobrei uma posição da Ação Social, o quê que nóis tinha que fazê aqui, as barraca tava caída e como é que a gente podia fazê? Por que a Prefeitura o quê que podia fazê? Aqui, ainda muito nervoso, falei que trabalhadô num dá ibope pra político, por quê aqui não tinha nenhum ladrão. Então, não interessava pra Ação Social.*
> *Ela então me respondeu que tinha coisa mais difícil, que tinha coisa de mais urgência pra fazê... Aí, quando foi 5 hora da tarde, chegô um monitor falando pra não fazê nada, até o otro dia até às 8 hora da manhã, que ela vinha trazê uma solução.*
> *E essa solução, que hoje nóis tamo em 7 de dezembro (1996), já tem 60 dias, 90 dias e essa solução não chegô até hoje.*
> *Se nóis quizemo reergue as barraca, nóis tivemo que comprá material fiado e levantá e... nóis mesmo que tivemo que fazê..."*

As dificuldades do dia-a-dia com a Prefeitura tem desestimulado muitos Camelôs. Principalmente nos Camelódromos onde as vendas têm diminuído bastante em decorrência de sua localização, que apesar de ser no centro da cidade e próximo

à Rodoviária, não é um local de muito trânsito, igual a Praça Tubal Vilela e o Fórum.

> *"Este local aqui, prá nóis é péssimo. Muito deslocado do centro da cidade. Primeiro que num é só nóis que reclama porque o local é quente, é muito aglomerado. Num são só nóis que tá achano ruim, os próprio freguês acha.*
> *Já tem várias pessoas aqui que já desistiram. Primeiro o calor aqui é forte demais né, dá problema de saúde; e outra, o ganho aqui é muito pôco né, muito difícil as venda né, é muito difícil, as venda aqui é muita fraca... Aqui nóis tamo sentino uma reaçãozinha só no natal, depois que passô, cabô. Aí fica do tipo conta-gotas."*

Por outro lado, os Camelôs ligados ao poder público por meio da Associação, defendem a Prefeitura à medida que justificam a diminuição nas vendas, só pela crise econômica que o país atravessa. E até mesmo afirmam que as mudanças para o Camelódromo, melhoraram as vendas.

> *"O pessoal diz que o comércio aqui tá fraco. Mais isso aí tá fraco no Brasil inteiro, o comércio né, tanto prá lojistas como prá nossa classe. Agora aqui nós estamos privilegiados porque nós estamos na Floriano Peixoto e igual eu disse o comércio tá fraco, é porque tá fraco no país todo. É essa mudança né... essa crise econômica né...*

> *"Não, as vendas caiu um pôco, devido o local nosso né... bom, em vista do que a gente tava trabalhano lá na Av. Afonso Pena com a João Pessoa, melhor 99%, porque lá a gente ficava no meio ali de praticamente, de marginais né. E aqui não; é... mais sociedade mesmo, é um local bem sadio né! Então melhorou bastante, o ruim é o sol que mata nóis..."*

A heterogeneidade de opiniões vem reafirmar a dinâmica desta categoria de trabalhadores. Existe um movimento constante em sua luta diária, que vai transformando as relações.

É um mercado que se auto-afirma na defesa de suas necessidades.

Acho muito difícil que a P.M. consiga diminuir a atuação deste mercado em Uberlândia. Primeiro porquê o desemprego é um fato e o setor informal uma solução. Segundo, o gosto pela autonomia financeira aumenta cada vez que o Camelô consegue ganhar o essencial para sua sobrevivência e de sua família.

> *"...Olha menina, isso aí é o seguinte, num é bom serviço mais, de tudo, de ficá sofreno aí ou sofreno na rua é melhor ficá, trabalhá do jeito que eu estô, é muito melhor trabalhá do jeito que eu estô, é melhor do que ficá na rua..."*

Desde que iniciei as entrevistas em dezembro de 1995, os Camelôs/Ambulantes têm ganhado novos companheiros de profissão. Esse aumento é visível quando estamos no centro da cidade. Eles se espalham por todos os cantos. Acredita-se que hoje eles sejam aproximadamente,

> *"...Na praça aqui se ocê fô juntá dá mais duns 300... Fora aqueles lá (do Camelódromo). Se ocê descê na Av. Afonso Pena e aqui na Praça Tubal Vilela, tem mais de uns trezentos... Aumentô, aumentô por causa do Natal. O Natal que dá um dinheirinho pra nóis né! Muitos, depois do Natal pára de trabalhá."*

Esta idéia contrapõe totalmente aqueles que dizem:

> *"sabe dum negócio, ultimamente ninguém tá querendo trabalhá de ambulante mais... é porque do jeito que tá a crise, desemprego, tudo, ocê vê que tem pouco Camelô... na rua, se a época tivesse correndo dinheiro tinha muito mais. Aí ia saí do emprego e o neguinho ia trabalhá de ambulante... Diminuiu, diminuiu muito. O ano passado mesmo tinha muito mais, esse ano caiu. Agora nêgo espera pro final do ano, novembro..."*

Apesar da fiscalização da Prefeitura ser constante principalmente com os Ambulantes onde os embates são frente a frente, nenhum resultado tem ocorrido, no sentido de diminuir o avanço deste mercado. Pelo contrário, conforme os depoimentos e minha própria experiência no comércio com os Camelôs, eles tem aumentado consideravelmente.

Apoiados pela P.M. alguns Camelôs propuseram a Construção de um novo Camelódromo. Com toda infra-estrutura, mais de 100 boxes, no prédio da antiga Casa das Linhas, cujo proprietário é o Sr. Sabag.

O presidente da Associação, o Sr. José Campelo esteve na Secretaria de Trabalho e Ação Social onde:

> *"Mostrou aquele projeto lá das Casa das Linha, falô que agora ia tirá o Camelô da rua, eles acharam, os dois, as duas pessoa que nos recebeu lá, que é da Ação Social, que era a D. Josefina e o Secretário de Serviços Urbanos. Ele achô aquilo muito bão, só que ele não viu por detráis a grana que corria. Porque aquilo é particular, aquilo é um contrato que você assina dentro de quatro ano, dois ano mais dois ano ocê tem que dexá o imóvel.*
> *Pelo menos o que reza no contrato, vicê tem que dexá o imóveis conforme ocê dexô, conforme ocê apanhô.*
> *Quer dizê então no final das conta, o Presidente ficô satisfeito e quem não pode i prá lá? Tá na rua da amargura, sofrendo, as veize até sem condições de pô mercadoria nas banca.*
> *Por que eles se acomodaram, a Prefeitura achô excelente, por que achô que tirô o Camelô das rua. No final das conta não resolveu nada e fica essa brigaiada. Um dia fala que vai tirá nóis daqui, otro dia fala que vai tirá de lá e vai por aí a fora..."*

O Camelódromo Central como foi chamado por aqueles que estão trabalhando nele, é mais um meio de enfraquecer o movimento dos trabalhadores informais em Uberlândia. Eles

vendem as mesmas mercadorias comercializadas pelos Camelôs, fazendo uma concorrência que tem dificultado ainda mais o cotidiano desses trabalhadores.

Estão usando o nome Camelódromo, acredito que seja por quê o nome Camelô é um nome que vem ganhando espaço na sociedade e conquistando fregueses de todas as classes sociais com preços mais acessíveis.

Ao longo dos anos a idéia de preços baixos vem se arraigando na memória das pessoas e, automaticamente, vai construindo um referencial para aqueles que querem comprar barato, ou seja, os fregueses são quase sempre atraídos para o Camelódromo em virtude destas idéias, presente no imaginário popular.

> *"...Lá é particular. Lá é tipo mini-shop, lá tem as lojas, quem quisé aluga a loja lá, ocê tem que comprá um ponto, ágio, um ponto né!...aqui não é registrado, lá é registrado... eles fizeram esse negócio ai e colocou o Camelódromo Central, então tem patente e nóis aqui do Camelódromo num tem. Porque aí os Camelô são dono mesmo né! Lá num vai sê Camelô, porque lá vai sê uma lojinha, balcão, vitrine e tudo o mais, então vai sê esse negócio... é só o nome mesmo, Camelódromo... Tem e num tem, porque lá eles registrô e tem a patente e nóis não podemos falá nada, nóis não temo nada registrado aqui né! E lá eles têm.*
> *Igual por exemplo, o Grupo Martins, ôtra empresa não abre aqui, Martins né! Eles têm a patente deles Martins, Carrefour..."*

O fato dos Camelôs serem os verdadeiros donos do termo Camelódromo e não poderem utilizá-lo passando as ser um privilégio apenas dos comerciantes que registraram este nome,

deixa claro que não existe interesse em proteger os trabalhadores desta categoria.

> *"...Camelódromo Central, eu acho que não é prá nóis, pode que dê um bom funcionamento, mas eu acho que aquilo ali não é prá nóis. Nóis num temo poder aquisitivo, dinheiro pra entrá ali não. Muito caro. Eles tão até usano o nome Camelódromo, só que não é prá nóis. Porque eles tão cobrano uma luva muito alta (1.100 reais), o aluguel muito caro (300 a 400 reais por mês) pelo tamanho do espaço... Aqui são pôcos que têm condições de ir prá lá, são pôcos que vão. Não sei (por que estão usando o nome Camelódromo) porque quando fiquei sabendo já estava usando.*
> *Mas ai competiria à prefeitura. Isso é de competência da prefeitura não aceitá. Porque* ***o unico que pode brigá por nos é a prefeitura.*** *Porque a prefeitura deu o nome prá nóis aqui de Camelódromo e agora fizeram aquele Camelódromo.*
> *Mais parece que a Prefeitura não optô nada não. Deixô como tá..."*

A Prefeitura com certeza seria a última que iria brigar para impedir a apropriação do nome Camelódromo Central. Afinal este comércio vai de encontro com seu desejo de tirar o Camelô da rua para um espaço semelhante, porém totalmente legalizado conforme a lei.

Perguntado a eles se acreditavam que o Camelódromo Central poderia ser uma estratégia utilizada pela Prefeitura para desestimulá-los pela concorrência, desestruturá-los e indiretamente forçá-los a procurar outra profissão, me disseram:

> *"Não tem nada a vê, se o movimento lá das Casa das Linha atrapalhasse aqui, então a Loja Americana, também atrapalha aqui, também o Ubershoping vai atrapalhá aqui, também o Carrefour vai atrapalhá aqui, também o Center Shoping também vai atrapalhá aqui.*
> *Então eu acho que não tem nada a vê, o freguês é livre, compra de quem ele qué e eles pode por, assim como puseram lá aquela galeria pra mim, eu chamo de uma galeria comercial, eles pode colocá dezenas daquela lá,*

eu acho que não tem nada a vê, não dá concorrência, não atrapalha ninguém..."

A diminuição nas vendas não tem como objetivo apenas os mecanismos de desestruturação do mercado informal ambulante em Uberlândia, pela fiscalização da Prefeitura. Não. Porém não posso concordar que a concorrência seja um fator de irrelevância.

É interessante perceber a análise que alguns Camelôs fazem para justificar suas dificuldades.

> *"...É uma coisa supérfula, geralmente é uma coisa mais supérfula,, não são muito de primeira necessidade. O básico de uma casa ocê tem andá longe pro cê economizá. Isso aqui ocê vai dexano. E a nossa mercadoria é aquela história, é do acaso. 'Eu passei, lembrei e comprei aqui'.*
> *Como hoje a vida é muito corrida ninguém tem tempo pra nada, então não tem tempo de saí de lá e vim até aqui..."*

Considero que as dificuldades criadas pela P.M.U. através da transferência dos Camelôs para o Camelódromo e sua permanência num local onde a infra-estrutura é precária - prejudicando até mesmo a saúde dos trabalhadores com o calor intenso provocado pela lona plástica das barracas, o sol e as chuvas - é mais um mecanismos da fiscalização para barrar o avanço deste comércio. É um meio sutil de opressão e imposição, uma vez que não cria confrontos diretos.

Pelo contrário, a P.M.U. é até mesmo elogiada por alguns por tal iniciativa.

Outra forma de controle da P.M.U. está no Art.12° e seus incisos do regulamento do Comércio Ambulante C.P.C.A..

São catorze representantes sendo que apenas 4 ligados diretamente aos Camelôs, 1 representante da ACIUB e o restante das Secretarias Municipais.

Um dos critérios adotados pela comissão estipula que a C.P.C.A.:

> *"Reunir-se-á sempre que necessário, podendo a convocação ser feita pelo Presidente ou por, no mínimo, cinco de seus membros."*

Isto significa que somente com o consentimento de algum representante das Secretarias Municipais ou o representante da ACIUB, poderá haver convocação de uma reunião que visa os interesses dos Camelôs, já que estes possuem apenas quatro representantes.

Mais uma vez a fiscalização e a repressão vêm confirmar a necessidade de questionarmos o mercado informal em questão.

Como podemos chamar de "informal", um mercado que é totalmente controlado pelos órgãos públicos e entidades representativas dos comerciantes?

Por um lado não existe vínculos com a Previdência Social e o Ministério do Trabalho, mas existem outros vínculos ligados ao poder público, que demonstram as alterações que a vida destes trabalhadores tem provocado na sociedade.

Em sua dinâmica, eles rompem com conceitos cristalizados de classe e realmente mostram que a luta de classe se dá no fazer-se dos trabalhadores em seu dia-a-dia.

No próximo capítulo a Associação será discutida a fim de entendermos qual seu papel na defesa dos direitos dos Camelôs/Ambulantes e agressões sofridas pela fiscalização da P.M.U.

CAPÍTULO III

ASSOCIAÇÃO E CLANDESTINIDADE?

Neste terceiro capitulo nossa intenção é resgatar o significado da criação e desenvolvimento da Associação, na medida em que sua pequena história revela aspectos dos conflitos vivenciados por estas categorias de trabalhadores.

O histórico da Associação dos Camelôs e Ambulantes de Uberlândia, foi resgatado segundo lembranças do 1° Presidente da Associação Sr. Divino Justino*.

Conforme seu depoimento, em 1967/68, o prefeito daquela época o Sr. Renato de Freitas não permitia ninguém vendendo nas ruas da cidade. Somente o Sr. Divino Justino que na ocasião tinha vindo morar em Uberlândia e por motivo de doença não podia fazer esforço. Então, foi autorizado pelo secretário do prefeito, na época, Elson Gonçalves, a trabalhar nas feiras, na Rodoviária, na Praça Tubal Vilela, na Praça da Prefeitura ou onde ele quisesse.

Posteriormente, Virgilio Galassi se candidatou à Prefeitura para as próximas eleições e prometeu que se fosse eleito ele abriria a Praça Tubal Vilela para uma feira de artesanato.

---

* Divino Justino, 65 anos - 1° Presidente da Associação dos Camelôs e Ambulantes de Uberlândia em entrevista realizada em 29-01-96 no Camelódromo da Av. Floriano Peixoto.

Após eleito, o Sr. Divino Justino juntamente com alguns trabalhadores cobraram do Sr. Virgílio que cumprisse sua promessa de campanha e então em 1979 ele liberou a Praça Tubal Vilela com 46 barraquinhas doadas pela Prefeitura. O que de um lado possibilita pensar que na época o mercado informal, especificamente os Camelôs e Ambulantes já marcavam sua presença qualitativa e quantitativa no espaço das relações sociais na cidade.

À primeira vista parece que a atitude do Sr. Virgílio em fixar os trabalhadores na praça, era apenas a do político honrando suas promessas de campanha e do prefeito preocupado com os pais de família sem um emprego para sustentar seus filhos.

Analisando os depoimentos dos Camelôs, percebe-se que desde o início da liberação da praça, a prefeitura vem delimitando o espaço dos trabalhadores informais Ambulantes, a fim de controlar seu avanço, ou melhor, sua intervenção na cidade.

Os conflitos advindos desse controle podem ser vistos sob vários aspectos ao longo deste trabalho.

Com a liberação do comércio informal Ambulante em 1979, foi criada a primeira Associação dos Camelôs onde o Presidente eleito foi o Sr. Divino Justino (conforme foi dito anteriormente). Quem primeiro deu início ao processo de

abertura do espaço público em Uberlândia para os Camelôs/Ambulantes.

Em 1979 após Virgilio Galassi ter liberado a Praça Tubal Vilela, ele: *"...aconselhou que a gente formasse uma Associação..."*

Portanto, a associação foi uma criação da Prefeitura para **"defender" os direitos e deveres dos Camelôs/Ambulantes.**

O Sr. Divino Justino, disse que a Associação foi uma idéia dele e do Virgílio Galassi, no entanto, fica claro que foi uma idéia basicamente da Prefeitura, uma vez que:

> *"...Aí quem ajudô a redigi as norma, quem é que feize o primeiro estatuto pra nós aí, foi o Hermantino Dias de Oliveira, que era Secretário de Cultura, o popular Tininho né! Na época ele era Secretário de Cultura..."*
> *"...O estatuto dizia que cada associação né, devia pagar regularmente a sua mensalidade, uma das coisa que constava no estatuto, que só podia vendê artesanato não podia vendê mercadoria industrializada, mais as pessoas, os membros não respeitavam o estatuto né, eles vendiam mais mercadoria industrializada do quê artesanato..."*

Desde o início a resistência às normas, fica evidente. Os trabalhadores vão reelaborando as leis conforme suas necessidades, desafiando o poder público na luta pela realização de seus objetivos.

Outro aspecto interessante da formação da Associação está no pagamento da taxa de CR$1.000,00(mil cruzeiros) cobrada por associado para cobrir despesas com papéis e convite pra reunião.

> *"...Esse dinheiro sobrava, ficava depositado em caxa, porque a Prefeitura sempre dava né. se tinha impresso, convite, a prefeitura dava né, fazia um, tirava cópia,*

fazia tudo pra gente né. Então a Prefeitura sempre ajudô..."

Este fato é interessante à medida que demonstra o controle total que a Prefeitura exercia sobre a Associação, já naquela época. Através das cópias, dos convites e impressos ela controlava também sua organização, seus manifestos e consequentemente sua atuação.

Após a vigência do mandato do Presidente da Associação, Sr. Divino Justino, vários outros presidentes vieram, como: Sra. Marisa Feliz Horta, Sr. Raimundo Carvalho Salles, Eliel Rodrigues de Miranda e o Sr. José Pedro Campello, o qual afastou-se recentemente da Associação por estar trabalhando no Camelódromo Central, causando transtornos no sentido que se afastou mas não desligou oficialmente da Associação, impedindo que uma nova eleição seja feita.

"... A associação, apesar que eu faço membro, eu faço parte da diretoria. Mais a associação através do Presidente e os maiores abandonaram seu setor, abandonaram, e não querem também, é como é que fala; pedi dimissão da, do cargo de presidente, vice-presidente, por aí afora.

Tão tudo satisfeito com o que tá fazendo, porquê num tá fazendo nada.

Só tem o nome de presidente pra usa o nome, então não sei o que passa na cabeça desses home que faz parte, que afinal de contas, pai de família que deram um voto de confiança pra eles e eles não corresponde a nada.

Então, totalmente o abandono, aqui se falá que vai tirá um aqui, se juntá todo mundo e fizé um baruião danado, aí chega o presidente e faize.

Por que tem, porquê deve tê no mínimo uns 5 meise que ele não vem aqui. 5 meise mais ou menos, de 4 a 5 meise que ele não vem aqui pra uma satisfação, vê como tá passando"...

Este problema será resolvido no decorrer do mês de fevereiro de 1997.

O estatuto da primeira Associação normalizou a situação de 66(sessenta e seis) associados, criando uma lei que não podia completar 67(sessenta e sete)Camelôs.

Esta lei deixa explicito que não havia nenhum interesse em propiciar o avanço deste mercado em Uberlândia.

Inconformados, os Camelôs se organizaram e representados pelo Sr. José Campelo, criaram uma nova Associação para defender o direito daqueles que pretendiam ingressar na atividade de vendedor ambulante, ultrapassando os limites preestabelecidos pela Prefeitura.

> *"...Eu lutei muito tempo para derrubar essa lei, prá ampliá o comércio informal de Uberlândia, porque a necessidade era grande. Uberlândia aqui cresce muito, ainda cresce muito mesmo e junto com ela os problema também crescem. E cada dia que passava tinha mais ambulante, mais Camelô e a lei continuava barrano. Só 66(sessenta e seis), ninguém podia sê cadastrado além dos 66. Eu criei uma segunda associação e essa segunda associação tinha um estatuto aonde pelo estatuto da Associação de Profissional dos Camelôs e Vendedores Autônomos de Uberlândia, qualquer pessoa acima de 16 anos já pode trabalhá como Camelô, de vendedor autônomo."*

A criação de uma segunda associação não foi aceita pela Secretaria de Trabalho e Ação Social, no entanto, durante quatro anos ela se desenvolveu paralelamente à antiga associação.

> *"...A associação criada por mim, ela veio ao contrário da associação que existia, que era a 'Associação Profissional dos Vendedores Ambulantes de Uberlândia' e ficou as duas Associações. Só que nas Secretarias de Serviços Urbanos e Ação Social, a secretaria não concordou com a segunda associação, então os eleitos da*

Associação anteriores era que decidia. Mais também não teve como pará a 2ª associação e filia os Camelôs e vendedores autônomos e de crescê.
Assim por 4(quatro) anos, essa associação crescendo e se ampliano né, por fim é... chegô ao ponto que a associação mais nova consegue filiá 'todos' que hoje estão filiados nas Associações. E a associação primeira, praticamente não existe mais. Inclusive nós vamos fazer uma assembléia fechada aqui do estatuto."

Dessa forma, a primeira Associação foi extinta em janeiro de 1996, em solenidade na Câmara Municipal de Uberlândia, permanecendo apenas a segunda associação, que foi criada quatro anos antes de sua efetivação, com o nome de "Associação Profissional dos Camelôs e Vendedores Autônomos de Uberlândia."

Eu estive presente na reunião da Câmara[5] e pude observar que os Camelôs são manipulados claramente pela Prefeitura.

O presidente da Câmara Sr. Alberto Duarte, presidiu a reunião, onde o assunto em pauta era exclusivamente a unificação do estatuto da antiga associação com a nova criada pelo Sr. José Campello e o reparo das injustiças cometidas no descadastramento de antigos Camelôs/Ambulantes pela prefeitura. O presidente da Câmara ao mesmo tempo que coloca que a decisão de unificar as associações deve partir da categoria dos Camelôs/Ambulantes, induz a esta unificação através de seu discurso. Por um lado diz:

[5] Estavam presentes na reunião o Presidente da Câmara Sr. Adalberto Duarte da Silva, a vereadora Liza Prado, funcionários do Gabinete de Imprensa que filmaram e gravaram a reunião, juntamente com os Camelôs/Ambulantes e seus representantes.

> *"... A Câmara Municipal e os vereadores, através desse passo da unificação das associações e da reestruturação dos dois estatutos e fundição num só, união de um, dos dois num só e também modificação na Lei existente que foi votada por nóis, iremos buscar condições de sanar os problemas que por ventura houver..."*

Ao mesmo tempo que disse que a partir da unificação das associações e reestruturação dos estatutos, iriam buscar soluções para os problemas destes trabalhadores disse também que este é um problema a ser decidido pela vontade deles, ou seja, ele induziu a votação com a promessa de resolver os conflitos da categoria e depois se colocou à parte como mero expectador. Uma postura tipica do controle da prefeitura na atuação dos Camelôs/Ambulantes.

> *"... Coloquei o Plenário Omero Santos, que é esse local onde nós estamos a disposição do Campêlo e dos representantes de vocês, e disse a ele que todas as vezes que for necessário este plenário estará a disposição de vocês para qualquer tipo de deliberação que por ventura haja necessidade de vocês, de um local como este. Espero que todos cientes das dificuldades, todos cientes que os propósitos de vocês é o mesmo nosso, nóis tínhamos condições de solucionar esta questão o mais rápido possível ... hoje não tá aqui ninguém representando a prefeitura* - (porém a reunião foi gravada, filmada e acompanhada por ele Presidente da Câmara e pela então vereadora Liza Prado) - *porquê esse assunto, essa assembléia pra delibera se unifica ou não, ela é um problema na 'interna-corpurus' tem que sê vocês que tem que decidir. Tão logo vocês decidam, aí sim eu estou colocando a infra-estrutura da Câmara, a estrutura da Câmara, juntamente com os representantes que vocês indicarem para nós fazermos a unificação do estatuto"...*

Estavam presentes os representantes das duas associações em questão. Após apresentação dos motivos ali expostos, o Presidente da Câmara convocou o Presidente da Associação para se pronunciar.

"...E também quero esclarecer a todos que aqui estão que o conteúdo desta assembléia é muito importante, aqui estamos plantando hoje uma semente que pode germinar e dá bons frutos daqui uns tempos.

Essa assembléia é de sumada importância para todos que aqui estão. Porque aqui vamos fazer um pacto de união, vamos fazer um compromisso entre nós de daqui pra frente seguirmos juntos. Observem bem sernhores, haviam duas associações interesses diferentes lutando por uma só classe.

Agora há uma só associação, um só interesse e uma só classe. Essa assembléia de hoje é nascimento de associação mais forte, mais soberana e que tenha condições de falar em nome de todos..."

Este discurso sem dúvida foi elaborado previamente com aprovação da Câmara, pois, no final da reunião quando os presentes foram convocados para darem seu de acordo com a assinatura da ata, esta intervenção ficou clara.

Neste momento, dois associados foram convidados para preencher a ata. Só que a ata já estava toda escrita e eles preencheram apenas as lacunas. A ata foi escrita anterior à reunião, demonstrando que a Prefeitura é quem controla e dirige a associação. Ela já havia definido os rumos da reunião antes mesmo dela começar. Os discursos na Câmara foram feitos de tal modo, que induzia os Camelôs a pensar e concordar com seus interesses.

O Sr. José Campello, presidente da associação coloca a importância dela na vida de seus associados, como intermediária junto à P.M.U. na conquista de seus interesses.

"...A Associação dá um direito importante prô' vendedô ambulante porque ele tem seus representantes que podem falar por ele, tem a secretaria que ouve os representantes e que dialóga com eles, enfim, troca idéias.

O Camelô individual ele não tem acesso em lugar nenhum aqui dentro. E se ele for por conta própria também não consegue nada..."

Em sua fala, fica evidente que ele defende a idéia de uma luta coletiva. Para ele, "*...a união não tem limite e quanto mais unido melhor...*"

Para muitos Camelôs a luta coletiva que ele propõe não existe.

> "*...O presidente que pertence a nóis é o cara que trabalha no outro Camelódromo, que é o Zé Campello que levô quem ele quis pra lá...A família dele tá toda lá que nóis sabe... é injustiça, injustiça! Eu tô magoado!...*"

Existe muitas divergências quanto os benefícios que a associação propicia aos seus associados.

> "*...Apesar de que tem uma Associação mais não fala a mesma língua.*
> *O próprio presidente nosso se politicô e abandonô tudo, nóis viemo aqui pro terminal Rodoviário, jogado pra sê exterminado, mais graças a Deus conseguimo e tamo de pé até esse momento...*"

Muitos Camelôs/Ambulantes revoltados com critérios que a P.M.U. tem adotado para autorizar o comércio dos Camelôs/Ambulantes se revoltam com a associação, por quê acham que ela não luta pelo interesse de todos.

> "*Eu viajei, quando cheguei meu nome não constava na lista (lista de cadastramento). Foi tirado fora da 'camelage'... porque eu fui jogado, então reuniu aquela turma né, que tava fora da 'camelage' e ajustamo um advogado prá entrá com um mandato de segurança prá segurá até o dia 31-12-95... Foi uma rasterada, então a situação que eu estô... até hoje na cidade que tô, eu tinha muito sabê de procurá a lei com mandato de segurança... mas eu desacreditei... por que um mandato de segurança que não pode segurá um trabalhadô para negociação, pelo menos por sessenta dia, eu*

sinceramente desacreditei... a prefeitura falô: - 'Você tem desmontá sua barraca'..."

Esperava-se que a Associação tivesse um papel importante na defesa dos Camelôs/Ambulantes, contra os critérios adotados pela Prefeitura.

"Diz o povo, eu não sei. Só sei de minha casa né... olharam até debaixo da cama, prá vê se o cara tinha um vídeo (aparelho de videocassete) escondido... mais os mais velhos que se achava no direito de mais... se acha que era os camelôs e os outros os clandestinos, só que agora o trem virô do avesso, e nóis que era camelô autorizado a muitos anos, passamo a ser clandestino..."

Mas parece que a Associação diante da Prefeitura possui uma atitude mais de apoio do que de contestação.

Porém, não podemos negar os benefícios que ela tem reivindicado como a cobertura do Camelódromo e a intervenção junto à P.M.U. para o recadastramento de trabalhadores que foram injustamente afastados, e por isto, estavam passando por muitas dificuldades.

"...Essa Sra. hoje mesmo, ela foi chamada lá na Secretaria e evidentemente alguém vai devolver o local de trabalho dela..."

As críticas aos métodos de repressão é mais evidente ainda quando expressam suas idéias de justiça.

"Agora eu acho isso um absurdo porque Uberlândia é uma cidade desse tamanho e é o maior índice de desemprego da região de todo o Triângulo... aqui tem favela... eu tenho quarenta e cinco anos... ele tem quantos? Que empresa que vai admitir a gente? A maior favela do Estado tá aqui, o maior índice de desemprego tá aqui, tem gente pobre na rua morrendo de fome... e a prefeitura preocupada com quem tá lutando prá sobrevivê, tá entendendo? Tem que existir uma verdade, tem que existir alguma coisa por trás de tudo isso. É inconcebível na nossa cabeça por que isso, essa perseguição, esse controle..."

Pelo Estatuto da atual Associação, a autonomia de seus dirigentes, não acrescenta nenhum benefício na vida dos Camelôs/Ambulantes, uma vez que, este trata apenas da parte burocrática de normatização da entidade.

Os conflitos existentes e aqueles oriundos da fiscalização e seu relacionamento com a Associação, estão presentes no regulamento do Comércio Ambulante e sob o domínio da Prefeitura.

O estatuto define:

Dos objetivos

Art.1°- A Associação Profissional dos Vendedores Ambulantes de Uberlândia, reger-se-á pelo presente Estatuto, votado em Assembléia Geral, em consonância com a Carta Magna e as Leis Estaduais e Municipais em Vigor.

Art.2°- A Associação Profissional dos Vendedores Ambulantes de Uberlândia, com sede e fóro no Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, é constituída com duração ilimitada, para fins de representar e defender os interesses jurídicos, econômicos e sociais dos trabalhadores ambulantes e seu aprimoramento cultural e profissional.

Dos sócios

Art.3°- Posem ser admitidos no quadro social da Associação, todos os trabalhadores ambulantes que comprovem através de documento público, seu domicílio eleitoral e residencial de pelo menos 02(dois) anos nesta cidade e seu enquadramento na Lei que regulamenta a matéria.

Dos direitos e deveres dos sócios

Art.4°- São direitos dos sócios:

a) participar de reuniões, assembléias, comissões, departamentos, congressos e simpósios promovidos pela Associação;

b) votar e ser votado para cargos de direção da Entidade;

c) defender-se diante de qualquer acusação, interna ou externa de que for alvo, recorrendo ao Conselho Fiscal ou à Assembléia Geral;
d) receber prova de quitação de todos os pagamentos efetuados para a Associação;
e) ser tratado com o devido respeito, independentemente de suas opiniões, as quais poderá expor livremente;
f) ter em mãos, quando solicitar da Diretoria, o presente Estatuto.

Art.5°- São deveres dos sócios:
a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
b) não agir nem deliberar em nome da Entidade ou da categoria, sem prévio consentimento da Assembléia, convocada para tal fim;
c) defender e lutar pelo desenvolvimento da Associação e dos direitos da categoria;
d) comparecer às Assembléias Gerais e acatar suas decisões;
e) exercer com zelo os cargos e missões que aceitarem na Associação;
f) pagar a taxa mensal cujo valor será de 1%(um por cento) do Piso Nacional de Salários em vigor no mês de sua competência;
g) a penalidade para quem não pagar a mensalidade será decidida pela Assembléia Geral Ad. Referendum da Comissão Permanente.

Das Assembléias Gerais

Art.6°- A Assembléia Geral é o órgão superior da Associação dos Trabalhadores Ambulantes de Uberlândia, reunindo-se ordinariamente 01(uma) vez de cada trimestre, através de convocação por Edital e divulgado com 08(oito) dias de antecedência, constando a ORDEM DO DIA e sendo proibido terminantemente a discussão de qualquer outro assunto.

A ela compete:
a) eleger e empossar imediatamente os membros da Diretoria;
b) discutir e decidir sobre os casos omissos no presente Estatuto;
c) traçar as metas de atuação da categoria;
d) deliberar sobre a aquisição, alienação, permutas ou hipotecas dos bens da Associação;
e) decidir, por maioria absoluta de sócios com direito a voto, a destituição de membros da Diretoria e fazer convocação para eleição de substitutos;
f) apreciar os relatórios, balancetes, prestação de contas e previsão orçamentária;
g) decidir sobre a celebração de convênios entre a Associação e qualquer órgãos de caráter assistencial, social ou econômico.

Art.7°- As Assembléias serão realizadas extraordinariamente quando:

a) 2/3(dois terços) dos membros da Diretoria julgar conveniente;
b) a requerimento de 1/3(um terço) dos associados com direito a voto.

Art.8°- As Assembléias Extraordinárias só poderão tratar de assuntos para os quais forem convocadas, obedecendo as normas contidas no "caput" do Art. 6°.

Art. 9°- As Atas das reuniões e Assembléias serão lavradas em livros próprios e registradas no Cartório de Títulos e Documentos.

Art.10°- Na ausência dos membros da Diretoria em uma das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, serão presididas pelo Presidente da Entidade e em sua ausência se fará a escolha de um dos associados presentes.

Art.11°- Só poderão votar e serem votados os sócios que estiverem em dia com a mensalidade na data de sua realização, em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Da administração

Art.12°- A administração da Associação dos Ambulantes de Uberlândia, será exercida por uma Diretoria constituída de 06(seis) membros e um Conselho Fiscal com 03(três) membros efetivos e 03(três) suplentes, que se reunirá na última sexta-feira de cada mês, em local a ser determinado previamente, aberta a todos os associados.

Art.13°- A Diretoria é constituída por:
a) Presidente e Vice-Presidente;
b) Secretário Geral e 1° Secretário;
c) Tesoureiro Geral e 1° Tesoureiro.

Art.14°- Compete ao Presidente:
a) convocar as Assembléias Gerais e presidi-las;
b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
c) praticar todos os atos de administração da Entidade, ressalvada a competência da Assembléia Geral;
d) representar a Associação dos Ambulantes ativa e passivamente em juízo e fora dele;
e) assinar com o Tesoureiro os cheques, ordens de pagamentos e outros documentos de igual natureza;
f) observar as finalidades e objetivos da Associação dos Ambulantes de Uberlândia e fazer obedecer as deliberações da Assembléia Geral e da Diretoria;
g) assinar, com o Secretário Geral, os documentos oficiais da Entidade.

Art.15°- Compete ao Vice-Presidente:
a) substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos e prestar toda a colaboração ao mesmo;

b) exercer as funções temporárias ou permanente que lhe conferir o Presidente, Ad. referendum Assembléia.

Art.16°- Compete ao Secretário Geral:
a) substituir o Vice Presidente em suas faltas ou impedimentos;
b) exercer as funções inerentes ao cargo, para tanto, conservar em dia toda a documentação da Associação, bem como lavrar Atas das reuniões e Assembléia, observando as leis que regem as matérias.

Art.17°- Compete ao 1° Secretário:
a) substituir o Secretário Geral em suas faltas ou impedimentos;
b) colaborar com a Secretaria conforme exigências do cargo;

Art.18°- Compete ao Tesoureiro Geral:
a) Ter sob sua guarda e responsabilidade os valores e títulos de qualquer espécie pertencentes à Associação dos Ambulantes de Uberlândia, dividindo a responsabilidade com o Presidente;
b) pagar as despesas autorizadas pela Diretoria e/ou Assembléia Geral, somente com cheque nominal;
c) obrigatoriamente, elaborar e apresentar à Diretoria na primeira reunião de cada mês, o balancete relativo ao mês anterior, par que o mesmo conste da Ata dos Trabalhos;
d) elaborar e apresentar o balanço anual e a demonstração das contas e de receitas e despesas, e franquear a documentação para os associados;
e) assinar com o Presidente, cheques, ordens de pagamentos e outros documentos de igual natureza;
f) manter o depósito bancário do saldo da Associação dos Ambulantes de Uberlândia, em estabelecimento bancário designado pela Diretoria.

Art.19°- Compete ao 1°Tesoureiro:
a) substituir o Tesoureiro Geral em suas faltas ou impedimentos;
b) colaborar com a Tesouraria Geral no que lhe for atribuído pela Diretoria.

Do Conselho Fiscal

Art.20°- A Associação dos Ambulantes de Uberlândia, terá um Conselho Fiscal, composto de 06(seis) membros, sendo 03(três) efetivos e 03(três) suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, na forma deste Estatuto.

Art.21°- A este Conselho Fiscal compete:
a) examinar documentos e aprovar balancetes mensais elaborados pela Tesouraria, apresentando à Diretoria parecer sobre os mesmos;

b) exercer as funções temporárias ou permanente que lhe conferir o Presidente, Ad. referendum Assembléia.

Art.16°- Compete ao Secretário Geral:
a) substituir o Vice Presidente em suas faltas ou impedimentos;
b) exercer as funções inerentes ao cargo, para tanto, conservar em dia toda a documentação da Associação, bem como lavrar Atas das reuniões e Assembléia, observando as leis que regem as matérias.

Art.17°- Compete ao 1° Secretário:
a) substituir o Secretário Geral em suas faltas ou impedimentos;
b) colaborar com a Secretaria conforme exigências do cargo;

Art.18°- Compete ao Tesoureiro Geral:
a) Ter sob sua guarda e responsabilidade os valores e títulos de qualquer espécie pertencentes à Associação dos Ambulantes de Uberlândia, dividindo a responsabilidade com o Presidente;
b) pagar as despesas autorizadas pela Diretoria e/ou Assembléia Geral, somente com cheque nominal;
c) obrigatoriamente, elaborar e apresentar à Diretoria na primeira reunião de cada mês, o balancete relativo ao mês anterior, par que o mesmo conste da Ata dos Trabalhos;
d) elaborar e apresentar o balanço anual e a demonstração das contas e de receitas e despesas, e franquear a documentação para os associados;
e) assinar com o Presidente, cheques, ordens de pagamentos e outros documentos de igual natureza;
f) manter o depósito bancário do saldo da Associação dos Ambulantes de Uberlândia, em estabelecimento bancário designado pela Diretoria.

Art.19°- Compete ao 1°Tesoureiro:
a) substituir o Tesoureiro Geral em suas faltas ou impedimentos;
b) colaborar com a Tesouraria Geral no que lhe for atribuído pela Diretoria.

Do Conselho Fiscal

Art.20°- A Associação dos Ambulantes de Uberlândia, terá um Conselho Fiscal, composto de 06(seis) membros, sendo 03(três) efetivos e 03(três) suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, na forma deste Estatuto.

Art.21°- A este Conselho Fiscal compete:
a) examinar documentos e aprovar balancetes mensais elaborados pela Tesouraria, apresentando à Diretoria parecer sobre os mesmos;

remanescente de bem terá o destino que a Assembléia determinar.

Art.32°- Os sócios não respondem subsidiariamente pelos compromissos financeiros e materiais assumidos pela Associação.

Art.33°- O presente Estatuto poderá ser reformado desde que a prática indicar essa necessidade, devendo essa reforma, ser feita por uma Assembléia Geral para esse fim, especialmente convocada, estando presentes pelo menos 2/3(dois terços) dos associados quites.

Disposições Transitórias

Art.34°- Fica assegurado por este Estatuto que a atual Diretoria terá seu mandato garantido até a próxima eleição, que será realizada em Fevereiro, de 1991.

Existe a opinião de que:

"...associação não precisa fazê escrita(contabilidade) não tem escrita nenhuma pra fazê na associação. Não precisa de guarda-livro(contador), não precisa nada na Associação"
"...Então tudo isso é fachada, é pra robá dinhero. Então o mesmo acontece com o sindicato, é bom para o presidente do sindicato, pra diretoria do sindicato né. Se nóis funda aqui em Uberlândia o sindicato do Camelô, o presidente do sindicato, não precisa nem trabalhá, ele vai vivê da contribuição do Camelô. Então pra ele é uma beleza, para o Camelô é mais uma despesa.
A gente ganha poco, vende poco, não ganha muito dinheiro, então não tem condição de tá sustentano um pexinho aqui, um pexinho ali, que fica só mordeno...Então, o Camelô é composto de pessoa pobre que não tem condição de pagá nenhum advogado, muito menos dois, nem secretária, nem guarda-livro.
A prefeitura dá tudo, volto a agradecê a Ação Social, muito obrigado vocês por tudo que tem feito pra nóis. Nóis temos alguém lá na Ação Social pra escrevê alguma coisa,(a Ação Social que tem pessoas na associação pra falar o que eles querem), nóis não precisamo de advogado, porque a Prefeitura dá todo apoio da Prefeitura. Pra que Advogado? Teve um tempo que o Presidente levava na Câmara dos vereadores quando tinha reunião nossa, levava um advogado. Essa é a maior bobage, é a maior palhaçada, num precisa nos acompanhá. A gente chega lá tem todo apoio, da Prefeitura, da Ação Social, dos vereador, então não precisa advogado. Advogado pra quê?"

Nesse sentido, o papel da associação parece ser apenas um órgão utilizado pela Prefeitura, para lhe dar informações de como está a atuação dos Camelôs/Ambulantes, em determinados momentos.

A Associação parece ser apenas um mecanismo que facilita o controle, através de seus associados.

Talvez por estes motivos, muitos dos ambulantes se recusam a se filiar à associação. Pois se eles se filiarem, o controle irá aumentar. Porque a Prefeitura Municipal de Uberlândia saberá onde e como encontrá-los.

Não defendo a idéia de que os órgãos públicos sejam alheios a atuação do mercado produtivo na cidade, formal ou informal. Porém, discordo de como estas questões têm sido encaminhadas.

É impossível que o poder público continue negando a existência do conflito, através de uma política que visa a todo custo, destruir a atuação destes trabalhadores Ambulantes em Uberlândia.

Todas as formas de controle e repressão existentes, vem apenas confirmar essa preocupação, em ocultar questões como: o desemprego e as mudanças que esta categoria tem provocado na estrutura das cidades.

CONCLUSÃO

As abordagens desenvolvidas pela pesquisa foram imensamente proveitosas no sentido que trouxeram questões que a princípio não haviam sido pensadas.

A perspectiva de trabalhar com a história oral ganhou uma dimensão maior do que eu esperava dela, à medida que as entrevistas foram demonstrando a heterogeneidade e a dinâmica das relações sociais.

Trabalhar com questões que ainda não tinham sido discutidos na mesma perspectiva pela historiografia local, foi muito rico com resultados que considero ser o início para novas reflexões sobre o mercado de trabalho em Uberlândia e as alterações que ele provoca no contexto da cidade.

No decurso desta monografia me deparei com o desafio de estar a todo momento me policiando a fim de evitar uma postura etnocêntrica, que olhasse as experiências resgatadas, sob o ponto de vista exclusivo do historiador.

Contudo acredito que a imparcialidade não existe, e seria impossível que o pesquisador não expressasse na análise dos documentos alguns traços de sua subjetividade.

A forma como esta monografia foi construída, veio em grande parte das discussões teóricas com outros bolsistas de iniciação científica e a orientadora Professora Drª Coraly

Gará Caetano, a qual nos possibilitou discutir os caminhos que levam à aproximação do pesquisador com a teoria e documentação. Os resultados finais desta monografia nos permite refletir sobre o quanto o aprendizado da pesquisa de campo contribuiu para o enriquecimento da formação do historiador, bem como, possibilita o contato com realidades que o documento escrito não consegue captar. O contato direto com as fontes, permite ao pesquisador dos movimentos sociais compreender melhor como estas categorias vão através de suas lutas e reivindicações transformando o cotidiano.

Uma das contribuições que os depoimentos demonstraram, foi que as classes trabalhadoras não são estáticas, elas são dinâmicas, participam ativamente na busca por seus direitos e nos conflitos gerados por esta busca.

Ao seu modo, Camelôs e Ambulantes vão reagindo diante dos obstáculos que os impede de conquistar seus objetivos.

> *"...Fui tirado fora da 'camelage' porque eu fui jogado, então reuniu aquela turma né que tava fora da 'camelage' e ajustamo um advogado pra entrá com um mandado de segurança, prá nos segurá..."*

Ou seja, as relações no mercado vão se modificando afim de se adaptar às exigências impostas pelos trabalhadores. Dessa forma, fica claro que apesar de vivermos numa sociedade que privilegia o herói e procura passar através da escola e dos meios de comunicação, uma história das elites, de cima para baixo, existe um movimento político no cotidiano desses

trabalhadores que sutilmente está conquistando seu espaço na sociedade.

Outro aspecto que considero importante ressaltar, é fato desta monografia estar abrindo um novo caminho para se pensar as classes trabalhadoras.

Com certeza as experiências aqui resgatadas não seriam as mesmas, caso elas tivessem sido encontradas apenas em documentos da classe dominante como jornais e regulamentos da Prefeitura, as quais controlam a atuação dos Camelôs e Ambulantes em Uberlândia, mostrando apenas as leis que eles devem seguir, não revelando a luta entre os sujeitos, o que nos levaria a perder de vista a história destes trabalhadores.

Foi muito gratificante poder oferecer a eles a oportunidade de falar de suas vidas, de seus sonhos, e de suas lutas. E apesar de estar como expectadora de seus depoimentos onde procurei interferir apenas quando em meio às lembranças, o entrevistado se perdia em devaneios - claro que os devaneios também são importantes na construção da memória- eu me identifiquei com várias de suas experiências.

Porquê são histórias vividas pelo próprio narrador carregadas de subjetividade e de emoções. Portanto são experiências que fazem parte da vida de todos nós, que acredita na força da luta por dias melhores.

Foram aproximadamente 30 horas de depoimentos falando de suas vidas, seu trabalho, e seus conflitos, os quais foram literalmente transcritos. Contudo seria impossivel que em apenas um ano de trabalho todo esse universo de experiências fosse demonstrado no texto. Outro motivo que impossibilitou discutir a diversidade de opiniões das entrevistas, foi o fato de só no final do curso, eu ter começado a desenvolver uma pesquisa, portanto muitas dificuldades surgiram na elaboração do texto, apesar de todo referencial teórico e discussões com minha orientadora.

Considero de suma importância que o estudo desta categoria de trabalhadores continue sendo feito por outro aluno deste curso, para que realmente possamos cumprir nosso objetivo de fazer uma história dos trabalhadores diferente daquela privilegiada até o momento.

Gostaria de eu mesma continuar este trabalho, uma vez que hoje já existe uma grande afinidade entre entrevistados e entrevistador. Atualmente Camelôs e Ambulantes sabem que esta é uma proposta séria e que seu único objetivo está em preservar suas memórias, para que as próximas gerações, a Academia e a população em geral, conheça quem são eles, onde vivem e como vivem. Mas infelizmente, por motivo de mudança de cidade não posso continuar.

Interromper este trabalho, com certeza será uma grande perda, pois como aluna considero que meu desenvolvimento em

relação ao começo e fim da pesquisa foi enorme. Pois as leituras que fizemos, (eu e os demais orientandos da Prof. Drª Coraly Gará Caetano) permitiram que velhos preconceitos fossem revistos e novos conceitos fossem adquiridos.

Os resultados desta monografia vão estar à disposição de todos que se interessam pelo tema, no Laboratório de Ensino em História, no Centro de Documentação Histórica - CDHIS, juntamente com os regulamentos da Prefeitura Municipal de Uberlândia para com a categoria destes trabalhadores e as entrevistas transcritas e em fita cassete.

A perspectiva de que esta monografia possa contribuir para modificar, mesmo que a longo prazo, parte da imagem negativa que os Camelôs/Ambulantes possuem na cidade, me faz pensar que este projeto realmente valeu a pena.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. **História Oral. A experiência do CPDOC.** R.J., Editora Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALEXANDRE, Sally. "Torna-se mulher em Londres na década de 20 e 30". In: **Revista projeto História.** N°. 13, PUC, 1996.

CAMARGO, Aspasia Alcântara de. **História Oral:** *técnica e fonte histórica.* in: PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL: catálogo de depoimentos. Rio de Janeiro, FGV/INDIPO/CPDOC, 1981.

CASANOVA, Julian. **La História Social y Los Historiadores:** Cenicienta ou Princesa?. Editorial Crítica. Barcelona, 1990.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade.** Paz e Terra. R.J., 1975.

FENELON, Déa Ribeiro. **O Historiador e a Cultura Popular. História de Classe ou História do Povo?** in: HISTÓRIA & PERSPECTIVA, N°6, JAN./JUN. - 1992 - UFU, Uberlândia.

FENELON, Déa Ribeiro. **Trabalho, Cultura e História Social: Perspectivas de Investigação.** Projeto História n°4, PUC - S.P.

FENELON, Déa Ribeiro. "O Papel da História Oral na Historiografia". In:

FENELON, Déa Ribeiro."E. P. Thompson História e Política". In: **Revista Projjeto História nº.12**, PUC - S.P., 1995.

FONTES, Edilza Joana O. **O Pão Nosso de Cada Dia**. Mimeo, UNICAMP, Campinas, 1993.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho**, 2ªed., SP, Paz e Terra, 1988, 447 p.

NIETHAMMER, Lutz. **¿Para qué Sirve la História Oral?** in:História y Fuente Oral. Publicaciones Universitat de Barcelona. Espanha. 1990.

PAOLI, Maria C. **Trabalhadores Urbanos na Fala de Outros. Tempo, Espaço e Classe Operária Brasileira.** in: CULTURA & IDENTIDADE OPERÁRIA. Marco Zero, 1987.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**, 2ªed., R.J., Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, Vera Maria Cândido. **O Coração da Fábrica: estudo de caso entre operários têxteis**, R.J., Ed. Campus, 1979,242 p.

Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História. nº. 12, Educ - Editora da PUC - S.P., 1995.

RESENDE, Luzia Marcia. **Os Trabalhadores em Luta pela Terra no Triângulo Mineiro - 1989/1996**. PUC-S.P., 1996 - mimeo.

Revista Educação e Sociedade - editado Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes) pub. Cortez Editora e Autores Associados, Ano III, n/8, janeiro 81, São Paulo - S.P..

THOMPSON, alistair e FRISCH, Michael e HAMILTON Paula. "Os Debates Sobre Memória e História: Alguns aspectos Internacionais". In: FERREIRA, Marieta de Morais e AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Editora da Fundação Getúlio Vargas, rio de Janeiro, 1996.

THOMPSON, E.P. **Tradição, Revuelta y Consciencia de clase:** Estudios das Crises del Sociedade Pré-industrial. Editorial Crítico. Barcelona, 1989.

THOMPSON, E.P. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros.** Zahar Editores. R.J., 1981.

THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa:** a árvore da liberdade Vol.I, a maldição de Adão - Ed. Paz e Terra, 2ª ed., 1988, R.J., a força dos trabalhadores Vol. II Ed. Paz e Terra, 2ªed., 1980, R.J.

VILANOVA, Mercedes. "Pensar a Subjetividade - Estatísticas e Fontes Orais". In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **História Oral e Multidisciplinariedade**. Diadorim, R.J.,1994.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Zahar Editores. RJ, 1987.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade. Na História e na Literatura**. São Paulo, Companhia de Letras, 1988.